

Rosana Souza de Jesus

**DIFERENÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE DO PERIÓDICO
CIENTÍFICO REVISTA MOTRIVIVÊNCIA DE 1988 A 2015.**

GOIÂNIA

2016

Rosana Souza de Jesus

**DIFERENÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE DO PERIÓDICO
CIENTÍFICO REVISTA MOTRIVIVÊNCIA DE 1988 A 2015.**

Trabalho apresentado para obtenção do título de Licenciado (a) em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Professor(a) Dr. Sissilia Vilarinho Neto.

GOIÂNIA

2016

Aos queridos professores pelo incessante suporte durante o percurso acadêmico.
Aos queridos filhos (as) por compreenderem a minha ausência durante muitos momentos
durante esse período de formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles (as) que me apoiaram durante todo o curso. Agradeço em especial a Professora Doutora SÍSSILIA VILARINHO NETO, pela dedicação nas correções e orientações neste período de aprendizado; a Professora Doutora ALINE DA SILVA NICOLINO, que me auxiliou no momento mais difícil da minha trajetória acadêmica; Professora VALLÉRIA ARAÚJO DE OLIVEIRA por sua dedicação e orientação durante um momento muito especial, o estágio.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as discussões sobre diferenças na Educação Física Escolar (EFE) no periódico científico Revista Motrivivência (RM); I - analisar as relações que se estabelecem entre diferenças, inclusão e diversidade; II - compreender as contribuições dessas discussões para a Educação Física escolar; III - verificar se os artigos ao tratar as diferenças apontam alternativas para superar a atual realidade do trato das diferenças nas aulas de Educação Física Escolar Para isso recorreu à produção acadêmica da Revista desde sua criação em 1988 até 2015. Foi utilizada uma pesquisa documental de abordagem quantitativa /qualitativa e o método análise de conteúdo. A produção total de artigos apreendidos com descritores da pesquisa representou 3,5% de toda a produção da RM e os artigos que tratam de diferença e Educação Física Escolar representam 2% do total de artigos que foram publicados na revista desde 1988 a 2015. Este 2% corresponde ao total de 12 artigos, dos quais cinco apresentaram o descritor Gênero relacionado a EFE. A título de conclusão, a produção teórica da Educação Física sobre diferenças no periódico científico RM apesar de em sua grande maioria, não oferecer ferramentas metodológicas para superar a problemática das questões relacionadas com o trato das diferenças das práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física Escolar, contribui imensamente por discutir as diferenças dentro de uma perspectiva de superação das relações vigentes.

Palavras-chave: Diferenças; Educação Física Escolar, Revista Motrivivência.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–Percentual de artigos por seção temática na RM de 1988 a 2015	43
Gráfico 2– Percentual de artigos selecionados na RM com descritores da pesquisa.	46
Gráfico 3–Percentual de artigos selecionados por descritores na RM de 1988 a 2015 ..	48
Gráfico 4- Percentual de artigos que tratam de diferenças na Educação Física Escolar	48
Gráfico 5 - Artigos sobre Educação Física Escolar: Percentual por temática	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Descritores para seleção de artigos a partir título e/ou palavra-chave.	21
Quadro 2– Categorização temática da pesquisa	23
Quadro 3 - Quantidade de artigos selecionados a partir dos descritores	44
Quadro 4 - Descritores apreendidos nos títulos e nas palavras-chave.....	47
Quadro 5 – Descritores localizados nos títulos e palavras – chave referentes a EFE	49
Quadro 6 - Categorias temáticas e objetivos gerais dos artigos	54
Quadro 7 – Classificação das pesquisas que tratam diferença e EFE	56
Quadro 8 – Análise das categorias temáticas a partir da temática estruturante dois	57
Quadro 9 - Análise das categorias temáticas a partir da temática estruturante três.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de artigos selecionados na RM de 1988 até 2015.	21
Tabela 2 - Total de artigos apreendidos sobre diferenças na RBCE, RPP e RM	22
Tabela 3– Total de Artigos publicados e suas classificações, na RM de 1988 a 2015...	40
Tabela 4 – Período e ano de publicação de cada artigo selecionado na RM	44
Tabela 5 – Regiões identificadas nos artigos que abordam a temática.....	52
Tabela 6 - Quantidade de autores por titulação dos artigos selecionados	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA	14
2.1- A PESQUISA	14
2.2 CONHECENDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PERIÓDICO CIENTÍFICO REVISTA MOTRIVIVÊNCIA.....	15
3. ABORDAGEM DAS DIFERENÇAS E O DISCURSO DA INCLUSÃO NO CAMPO EDUCACIONAL..	25
3.1 – DIFERENÇAS NO CAMPO EDUCACIONAL: A INCLUSÃO COMO EIXO	25
4. O TRATO DADO AS DIFERENÇAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	40
4.1- A REVISTA MOTRIVIVÊNCIA E A PRODUÇÃO SOBRE DIFERENÇA DE 1988 A 2015	40
4.2 - PERFIS DAS PESQUISAS SOBRE DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	54
4.3 - ANÁLISE DOS DESCRITORES QUE COMPOEM AS TEMÁTICAS ESTRUTURANTES SOBRE DIFERENÇA NOS ARTIGOS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, DE 1988 A 2015.	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE 1 – LISTA DE ARTIGOS QUE TRATAM DE DIFERENÇAS NA REVISTA MOTRIVIVÊNCIA DE 1988 A 2015.....	75
ANEXO 1 - FICHA DE DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA NA PESQUISA	78
ANEXO 2 – TERMO DE CORREÇÃO ASSINADO PELO ORIENTADOR (A)	79

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física surge no contexto escolar entre os séculos XIII e XIX sob a influência das instituições militar e médico, com o objetivo de introduzir nas escolas, através das vivências concretas dos exercícios sistematizados, normas e valores necessários à sociedade capitalista. Esses exercícios que foram ressignificados pelo conhecimento médico numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica, possibilitaram a construção de corpos saudáveis (formação de hábitos saudáveis e higiênicos) e dóceis (adaptação ao processo produtivo ou a uma política nacionalista). (BRACHT, 1999)

O corpo nesse contexto é igualado a uma estrutura mecânica em que as ciências biológicas, principalmente a medicina, buscaram através de estudos, compreenderem melhor os mecanismos de funcionamento dessa máquina para promover um melhor rendimento. (BRACHT, 1999) “Constrói-se nesse sentido, um projeto de homem disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.36).

Segundo Soares (2004) no momento em que o método científico busca explicar a sociedade através das ciências físicas e biológicas, as práticas sociais e os sujeitos aparecem como nos limites dessas ciências, as questões sociais apresentam como naturais e o ser social como ser biológico. Dessa forma,

(...) a Educação Física, no século XIX, constitui-se, basicamente, a partir de um conceito anatomofisiológico do corpo e dos movimentos que esteriliza. O seu referencial estará carregado de intenções como: regenerar a raça, fortalecer a vontade, desenvolver a moralidade e defender a pátria. As ciências biológicas e a moral burguesa estão na base de suas formulações práticas. (SOARES, 2004, p. 49)

Com essa concepção que acontece a consolidação da educação Física na escola das sociedades ocidentais, no século XX baseado no conhecimento médico e biológico apoiado pela idéia de sua função principal, a promoção da saúde e desenvolvimento integral das potencialidades individuais.

O esporte, com seu grande desenvolvimento no século XX, crescimento social e político, foi a causa inicial da legitimação da Educação física no campo científico. (BRACHT, 1999). Os princípios orientadores da prática esportiva, concorrência, seleção, rendimento e a configuração sócio-política da década de 60 e 70, influenciaram diretamente os princípios norteadores da Educação Física escolar, apresentando vantagens em relação a ginástica, pois novos sentidos/significados puderam ser atribuídos a Educação Física escolar porém sem mudar seus princípios mais fundamentais. A manifestação cultural do movimento corporal se concretiza assumindo um caráter hegemônico a ponto de se confundir Educação Física escolar

com prática esportiva. O esporte passa a substituir à ginástica como técnica corporal. Contudo apesar das práticas esportivas terem transformado alguns aspectos importantes da Educação Física escolar, essas mudanças não rompiam com o princípio do desenvolvimento da aptidão física e do rendimento. (BRACHT, 1999).

Diante desse contexto concorda-se com Vilarinho Neto (2012) ao afirmar que as aulas de Educação física orientada por concepções biologicistas do corpo e do movimento tendem a formar as turmas através da comparação, observação, medição e seleção dos alunos a partir de aspectos anatômicos e fisiológicos, constituindo assim turmas padronizadas. Acabando por adotar esses critérios para incluir alunos nas aulas e organizando essas aulas no intuito de aumentar o rendimento físico dos alunos.

Nesse contexto a Educação Física era e ainda é uma área altamente excludente, que além de reproduzir, reforça as relações de opressão e discriminação dos diferentes que não se enquadra no padrão imposto pela cultura dominante, limitando a participação desses alunos nas aulas. “[...]a área da educação física ainda reflete e reforça os valores da raça branca, da masculinidade, da hegemonia heterossexual, assim como promove a discriminação baseada em classe social, gênero, orientação sexual e habilidade motora. [...]” (LENSKYJ, 1994 apud CUNHA JUNIOR, 1996, p.237).

Com a entrada das ciências sociais e humanas na Educação Física, no Brasil, iniciou-se uma análise crítica do paradigma da aptidão física. Crítica que fazia parte de um movimento mais amplo denominado movimento renovador da Educação Física brasileira. Esse movimento mantinha um maior diálogo com o campo educacional e com as teorias críticas da educação, sociologia, filosofia da educação de orientação marxista e da filosofia crítica do esporte. Com isso formou-se o movimento pedagógico da Educação Física denominado como Educação Física crítica ou progressista. (BRACHT, 1999).

Segundo Vilarinho Neto (2012) o movimento Renovador da Educação Física foi assim denominado para caracterizar as mudanças ocorridas nesse campo acadêmico no início da década de 70. Esse movimento que deu início as mudanças no campo teórico da Educação Física, [...] desencadeou, inicialmente, um processo de questionamento das bases biológicas e médicas que historicamente deram (e dão ainda) sustentação para a Educação Física, especialmente na escola, e a conseqüente forma fragmentada e dualista pela qual a Educação Física vinha educando[...] (VILARINHO NETO, 2012, p.41).

Segundo Bracht(1999) esse movimento de repedagogização da teorização em Educação Física foi fundamentado pelo diálogo das ciências sociais e ciências humanas.

A crítica ao paradigma da aptidão física e esportiva coloca em discussão a função social da Educação e da Educação Física em uma sociedade capitalista marcada pelas diferenças (injustiças) de classe. Em um primeiro momento o movimento denuncia uma educação reprodutivista do modelo dominante de exploração, em um segundo momento apóia-se em bases teóricas sociológicas e filosóficas a fim de transformar radicalmente o paradigma vigente. (BRACHT, 1999).

O campo da produção acadêmica da Educação Física na década de 90 contou com a produção de um grupo auto denominado Coletivo de Autores. Produção de grande importância para a Educação Física escolar, a publicação do livro Metodologia do Ensino de Educação Física, pelo Coletivo de Autores apresentou a pedagogia crítico-superadora, que se sustenta na pedagogia histórico crítica. (PINA, 2009).

Ainda segundo Pina, a perspectiva teórica apresentada nessa obra preconizava a reflexão crítica sobre a cultura corporal. Essa tendência, diferentemente do paradigma da aptidão física, tematiza formas de atividades expressivas corporais que configuram uma área de conhecimento denominada de cultura corporal.

Essa abordagem metodológica, além de definir a educação física em outras bases, filosófica, ético-política, pedagógica articulou-a com a função social da escola no que havia de mais avançado: a formação do indivíduo enquanto sujeito histórico, visando a uma transformação social compromissada com os interesses e necessidades da classe trabalhadora. (MARTINS, 2002 apud PINA, 2009, p. 39).

A pedagogia crítico-superadora permitiu à Educação Física pensar as diferenças a partir do sentido histórico da luta de classes, possibilitando a valorização das diferenças em uma perspectiva de mudanças. No entanto, Segundo Vilarinho Neto (2012) foi a partir de 1992 com Jocimar Daolio, que a questão da diferença passa a ser objeto de debate teórico na Educação Física. O autor em sua obra “Da cultura do corpo”, “[...] defendi que a diferença se expressa no corpo, na forma de comportamentos. Tais comportamentos constituem a diversidade cultural e para serem compreendidos precisam ser interpretados pela investigação antropológica.” (VILARINHO NETO, 2012, p. 45).

Esse avanço na forma de pensar o corpo permitiu tanto a reflexão crítica sobre as propostas pedagógicas da Educação Física, bem como provocou um amplo debate dos vários aspectos que envolvem a ¹cultura corporal de movimento humano. No entanto segundo Bracht

¹ Cultura corporal de movimento – Deve ser entendida a partir do processo de ruptura com a visão biologicista-mecanicista do corpo e do movimento situado de forma hegemônica na Educação Física até início da crise epistemológica ocorrida nos anos de 80. a dimensão histórico-social ou cultural do corpo e do movimento. (GONZALÉZ; FERSTERSEIFER, 2005, p.109)

(1999), para que essas novas propostas da Educação Física sejam capazes de formar sujeitos autônomos dotados de consciência crítica e capazes de atuar de forma transformadora no contexto sócio-histórico e político, “[...] é fundamental entender o objeto da Educação Física, O movimentar-se humano, não mais como algo biológico, mecânico ou mesmo apenas na sua dimensão psicológica, e sim como fenômeno histórico-cultural”. (BRACHT, 1999, p.81). Com isso a Educação Física Escolar deixaria de considerar o corpo como uma estrutura mecânica, superando a dualidade entre corpo e mente e passaria a considerá-lo como unidade social e histórica. Dessa forma possibilitaria a reinterpretação dos papéis sociais, conceitos de corpo, de homem, educação, sociedade e principalmente da dimensão política do ato pedagógico.

Diante dessa nova perspectiva,

[...] a disciplina Educação Física deveria ocupar um novo lugar na escola: ser local de conhecimento também intelectual. Para tanto, o campo acadêmico e profissional deveria ser considerado pela sua constituição multidisciplinar dada a natureza sócio-histórica do corpo e, por conseguinte, a “educação do corpo” deveria ultrapassar o determinismo biológico, considerando os aspectos positivos das diferenças físicas/corporais inseridas em contextos históricos e culturais (VILARINHO, 2012,p.14)

Desse modo a Educação Física Escolar que sempre foi um *locus* fértil da repressão e de discriminações, por meio do corpo, apontaria para uma nova perspectiva que além de buscar uma formação integral dos sujeitos poderia,

[...] contribuir para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos - a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. (COLETIVO DE AUTORES, 1993, p.27-28)

A Educação Física Escolar assim como todo campo educacional necessita superar as barreiras impostas pelo sistema vigente às práticas pedagógicas. As temáticas: diversidade, inclusão e diferença avançaram muito no debate acadêmico, na formulação de políticas educacionais, mas infelizmente a efetivação dessas mudanças nas práticas pedagógicas da Educação, em específico da Educação Física Escolar não tem sido significativas.

Ainda que do ponto de vista teórico tenham ocorrido avanços, observa-se que ainda são poucos os estudos que buscam analisar a produção do conhecimento. Especificamente sobre a questão da diferença no campo acadêmico da EF, Vilarinho Neto (2012) destaca que não encontrou nenhum estudo nessa perspectiva e que em levantamento realizado em teses e dissertações de programas de pós-graduação da Educação e da Educação Física sobre EF escolar e também em periódicos científicos da Educação Física, observou-se que a diferença

não é objeto de discussão conceitual, além de ser um termo que é tomado como sinônimo de diversidade e que aparece associado a outras temáticas como marcadores corporais de diferença e princípios orientadores para viabilizar a aceitação das diferenças.

Diante disso que este estudo se faz necessário, uma vez que tem como objetivocompreender as discussões sobre as diferenças na produção acadêmica da Educação Física escolar no periódico científico Revista Motrivivência (RM), bem como; I - analisar as relações que se estabelecem entre diferenças, inclusão e diversidade; II - compreender as contribuições dessas discussões para a Educação Física escolar; III - verificar se os artigos ao tratar as diferenças apontam formas alternativas para superar a atual realidade do trato das mesmas nas aulas de educação física escolar. Para isso recorreu-se a produção acadêmica da RM desde sua criação em 1988 até 2015. Foi utilizada uma pesquisa documental de abordagem quantitativa /qualitativa.

O periódico científico Revista Motrivivência foi escolhido como fonte de dados por fazer parte dos periódicos selecionados para análise na pesquisa “Concepções de Diferença na Produção Acadêmica da Educação Física Brasileira”, coordenada pela Professora Doutora Sissilia Vilarinho Neto.

No final de um seminário do Estágio Supervisionado, procurei a professora Sissilia para pedir que fosse minha orientadora na produção de minha monografia que inicialmente teria como temática “Educação Física e Educação de Jovens e Adultos”. No entanto, durante uma conversa ela me convidou para participar do grupo de pesquisa no qual ela desenvolvia a pesquisa “Concepções de Diferença na Produção Acadêmica da Educação Física Brasileira”. Aceitei de imediato e logo que iniciei as leituras constatei que o estudo do problema de pesquisa coincidia justamente com as problemáticas vivenciadas durante o período de estágio na escola.

Essa pesquisa coordenada pela Professora Sissilia objetiva analisar periódicos científicos da Educação Física, a saber: Revista Movimento, Revista Motriz, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista da Educação Física, Revista Pensar a Prática e Revista Motrivivência. Todo selecionado por ter extrato qualis capes igual ou superior a B2 e estabelecer na sua política editorial abertura para publicações de pesquisas em Educação Física fundamentadas nas Ciências Humanas e Sociais e por sua contribuição no processo de veiculação da produção do conhecimento sobre Educação Física Escolar.

O estudo da Revista Motrivivência possibilitará a comparação com os resultados obtidos na análise dos demais periódicos selecionado, proporcionando assim a compreensão

do trato das diferenças na produção do conhecimento no campo da Educação Física Escolar Brasileira.

A fonte de dados utilizada nesse trabalho, a RM é promovida pelo LaboMídia – Laboratório Observatório da Mídia Esportiva do Centro de Desportos, com apoio do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/CD), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC) e do Portal de Periódicos da mesma Universidade. (RM, 2015).

Selecionou-se os artigos sobre Educação Física Escolar que tratam de diferenças no periódico publicados de 1988 a dezembro de 2015, como forma inicial de registro e organização dos dados foi utilizado uma ficha de documentação. Esta ficha composta por três etapas, na qual a primeira etapa foi destinada para identificação dos artigos (nome da instituição, autores e etc.) a segunda para identificação dos perfis de pesquisa dos artigos (tipos de pesquisa e metodologia) e a terceira - identificação de conceitos e/ou idéias presentes artigos.

O presente estudo apresenta dois capítulos o primeiro denominado: “Abordagem das diferenças e o discurso da inclusão no campo educacional”, no qualé feito uma discussão sobre diversidade cultural, diferença e inclusão no campo educacional. O segundo capítulo intitulado, “O trato dado as diferenças na produção acadêmica da Educação Física Escolar” no qual é feito uma análise quantitativa e qualitativa das produções que tratam de diferença e Educação Física Escolar na RM.Nas considerações finais realiza-se reflexões sobre as relações entre diferenças, diversidade, igualdade e inclusão, bem como as contribuições deste debate para a Educação Física Escolar. Verifica-se também se os artigos pesquisados propõem alternativas para superar as discriminações e preconceitos em relação ao trato das diferenças.

2. METODOLOGIA

2.1- A PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental abordagem quantitativa-qualitativa. Tem como objeto de estudo a produção do conhecimento sobre diferença na Educação Física escolar, no periódico científico RM.

A Pesquisa Documental tem como característica decisiva a busca de informações em documentos que não receberam nenhum trato científico (relatório, reportagem jornalística, revista, carta, filme, gravação, fotografia, etc.), considerados por isso, fontes primárias. Nesta condição, exige do pesquisador uma análise cuidadosa, quando tratar-se de material que ainda não teve nenhum trato científico. Deve-se levar em conta também as pesquisas que trabalhem com documentos que, embora já usados, não tenham sido abordados em novas investigações, mas a partir de perspectivas diferentes da anterior. (AUTORES, s/d, s/p)

Em relação às bases lógicas da investigação adotou-se o método dialético de base teórica, o materialismo histórico. Segundo Triviños (1987, p.51) o materialismo histórico é a,

ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana.

Para Wood (2003, p. 27) “a intenção original do materialismo histórico era oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo a fim de mudá-lo.”

Quanto ao método dialético é possível compreender a partir da “dialética do pensamento de Marx, que surge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto.” (PIRES, 1997, p.84)

Diante disso pode-se afirmar que ao pretender realizar uma pesquisa no âmbito educacional é necessário apropriar-se de um método que possibilite a investigação em vários enfoques preferencialmente direcionada para os aspectos sociais dentro de um contexto construído historicamente. Haja vista que,

compreender o método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. (PIRES, 1997, p.87)

Em relação à abordagem optou-se pelas de natureza qualitativa-quantitativa, pois elas assumem uma complementaridade necessária para compreensão dos fenômenos que envolvem o objeto de estudo uma vez que de acordo Minayo (2007, p.22) “os dois tipos de abordagem e

os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.

Diante disso pesquisa foi realizada por meio do levantamento de artigos científicos publicados no periódico científico RM, publicados desde sua criação em 1988 até dezembro de 2015. Este levantamento considerou temáticas relacionadas às diferenças na Educação Física Escolar.

2.2 CONHECENDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PERIÓDICO CIENTÍFICO REVISTA MOTRIVIVÊNCIA

A história da RM foi dividida, conforme Ferreira Neto (1999), apud SILVA E PIRES, (2014), em dois momentos ou fases, distintas: a primeira iniciada no DEF/UFS (Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe), que corresponde ao período entre os anos 1988 a 1993, chamada de fase sergipana e a segunda fase, a fase catarinense que se inicia no CDS/UFSC (Centro de Desportos de Santa Catarina), a partir de 1993 até os dias atuais.

A revista teve seu início em 1988 e foi concebida, a partir do incentivo do professor português Manuel Sérgio Vieira e Cunha com o auxílio de um grupo de professores do Estado de Sergipe e do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. No início a revista enfrentou enormes dificuldades, uma vez que proibia publicidades na revista, princípio ético adotado pelo editor responsável e editores adjuntos. Com uma linha editorial crítica e criativa, a RM possibilitou uma educação estética através de belíssimas e inteligentes ilustrações com grande capacidade de comunicação artística. (SILVA e PIRES, 2014)

A RM contribuiu para estimular a reflexão possibilitando assim o desenvolvimento de uma orientação científica que resultou em conhecimentos específicos da Educação Física, cujos objetivos se centravam nas reais necessidades dos indivíduos e da sociedade. (MENEZES; LACKS, 2003 apud SILVA e PIRES, 2014).

Ela se inicia diferente das outras poucas revistas da época, buscando uma legitimidade enquanto projeto científico, ao mesmo tempo em que procurava fugir da perspectiva positivista. Pensada como uma revista temática, era constituída de diversas sessões tais como: Textos Temáticos, Cientifique-se, Experimentando, Ponto de Vista, Grupos de Estudo, Porta Aberta, Homenagens Especiais e outras. Isso fez com que se tornasse uma revista diferenciada, aberta, científica, estética e de circulação. Dessa forma alcançava desde iniciantes até a formação continuada.

A RM possibilitou a vinculação no âmbito das ciências do esporte de outra concepção de revista científica e, conseqüentemente, de homem, mundo, sociedade, ciência, pesquisa, Educação Física, corpo e cultura corporal. (SILVA e PIRES, 2014).

O surgimento da revista se dá nos anos 1980, período das chamadas transição democrática ou redemocratização. É nesse período, caracterizado pelas constantes ameaças de privatização das universidades e do patrimônio público em geral, de contradições e idiosincrasias que as quatro primeiras edições são publicadas de 1988 a 1993, com os seguintes temas: “Currículo” (nº 1- 1988), “O esporte e suas diversas concepções” (nº 2 - 1989), “O corpo” (nº 3 - 1990) e “A Educação Física escolar e o compromisso com a escola pública” (nº 4 - 1993). (SILVA e PIRES, 2014)

Resumidamente, no final dessa fase a revista teve como alternativa para continuar ativa, se submeter ao CNI-SESI (Confederação Nacional das Indústrias/Serviço Social da Indústria), instituição concebida como um complexo organismo que se constrói com o fim de buscar hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial. (RODRIGUES, 1998, p.7 apud SILVA e PIRES, 2014). Tal fato foi necessário, haja vista que essa foi uma das alternativas que a revista teve para se restabelecer, haja vista os percalços políticos e econômicos da época.

[...] nas décadas de 1980 e 1990, a universidade brasileira viveu sob cortes de verbas e constantes ameaças de privatização, dificultando, na prática, a realização e o apoio a projetos emancipatórios de educação na universidade; por exemplo, projetos alternativos como a revista *Motrivivência* e os movimentos sociais revolucionários (MST) foram obrigados a sucumbir, ou sobreviver de esmolas do Estado, da iniciativa privada ou, contraditoriamente, de instituições ligadas à burguesia do capital industrial. (SADER, 2013 apud SILVA e PIRES, 2014, p.783)

Contudo a revista recebeu “apoio do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Esporte (INDESP — Ministério Extraordinário do Esporte) e, de maneira mais tímida, do CNPq” (FERREIRA NETO et al., 2003, apud SILVA e PIRES, 2014, p.783).

O editorial de sua primeira edição mostra a tentativa de superar os slogans “esporte é saúde”, “esporte é educação”, tentando mostrar o esporte a partir de outras concepções, tendo como meta a abertura de novos caminhos para a Educação Física, que não fosse voltada apenas para o esporte de elite.

Ainda segundo Silva e Pires (2014), na sua primeira edição, a revista mostrou sua ousadia entusiasmo e pragmatismo tentando veicular conhecimento crítico e participativo com enorme desejo de mudanças na educação e na política, embora estivesse em um período de

pouca consistência teórica, a revista mantinha um intenso envolvimento político com os grupos e movimentos sociais de esquerda,

Era a única revista da área no Nordeste do Brasil, região que, ainda hoje, é carente de projetos de pós-graduação *strictu sensu* e projetos editoriais que dêem conta das enormes demandas sociais, políticas e econômicas da região, inclusive no que tange às problemáticas da cultura corporal. Isso revela o pioneirismo da *Motrivivência*, cujo projeto revelava que a produção e veiculação do conhecimento se constituíam em passos para o amadurecimento e avanço científico da Educação Física brasileira numa perspectiva epistemológica, ontológica e ideológica diferenciada. (SILVA e PIRES, 2014, p. 784).

Tal fato fez com que a revista “se tornasse um importante instrumento e parâmetro teórico-metodológico, visando à construção de um projeto de formação humana emancipatória e alternativa à lógica do capital (TAFFAREL et. al., 2003 e MENEZES LACKS, 2003 apud SILVA e PIRES, 2014, p.784).

A segunda fase da trajetória da RM a que corresponde ao período entre os anos de 1993 até os dias atuais, denominada fase catarinense, é marcada pela transferência de seu criador e editor-chefe da revista, o professor Manuel Sérgio Vieira e Cunha para o antigo Departamento de Práticas Desportivas (DPD), do Centro de Desportos (CDS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A revista chega a sua nova sede trazendo consigo todos os problemas e dificuldades advindas da fase sergipana como a falta de financiamento, fragilidades editoriais (periodicidade, indexação e outros). Mas também traz enorme bagagem de conhecimento, experiência, reconhecimento e consolidação nacional em razão de sua proposta editorial alternativa e crítica. Tem no início dessa fase seu projeto editorial dificultado, de um lado, pelas políticas internas da UFSC e de outro, pela política econômica, que focava privatizar o patrimônio público. (SILVA e PIRES, 2014).

Ainda em 1993, a edição nº 4 é publicada já em Florianópolis, mas com a chancela da UFS. Em 1994, visando recuperar a periodicidade, a RM lança o nº 5/6/7, um volume de pouco mais de duzentas páginas, com o tema “Pesquisa em Educação Física”, com textos de vários professores das universidades públicas catarinenses, além de docentes da UFS e de outros pesquisadores renomados, muitos deles do campo da Educação e das Ciências Sociais. Essa edição marcava o processo de transição e o reconhecimento da importância da investigação acadêmica na Educação Física. (SILVA e PIRES, 2014).

Em 1995, em sua edição nº 8, a revista inaugura uma parceria editorial com a RBCE, que era editorada na UFSC, tendo como seu editor-chefe o professor Elenor Kunz, que no mesmo ano foi eleito presidente da sociedade científica. O apoio financeiro do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a parceria com a RBCE foi fundamental para que a revista restabelecesse sua normalidade em termos de periodicidade.

Essa edição de nº 8 que teve como tema “Teoria e prática na Educação Física”, refletia a discussão e a produção acadêmica do próprio Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física da UFSC. Contribuindo assim para que no ano seguinte fosse criado o Curso de Mestrado em Educação Física do CDS/UFSC denominado Teoria e Prática Pedagógica na Educação Física. (SILVA e PIRES, 2014).

No ano do seu décimo aniversário (1998), a edição nº 11 passa a contar com a chancela da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. Já no ano seguinte autoriza a publicação de dois números anuais, tornando-se semestral. (SILVA e PIRES, 2014).

Portanto a RM só passa a ter publicações semestrais a partir de 1999. A edição de número 12/1999, pela primeira vez repete um tema “Políticas públicas... II” tamanha foram as contribuições dos autores no primeiro volume e pelo desafio de ter duas edições anuais com uma defasagem muito grande das Tecnologias da informação e das comunicações. A parceria com a Editora da UFSC estende-se até 2007, com a publicação do nº 27, sendo essa a última edição impressa da RM. Esse ano foi crítico para a revista, com o rompimento de parcerias e com a crise pelo qual as universidades enfrentavam a revista atrasou várias edições e correu o risco de encerrar suas atividades. A alternativa encontrada foi a sua passagem para o espaço digital, através do sistema de editoração eletrônica de revistas (SEER), software livre recém-traduzido, customizado e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Comunicação e Tecnologia (IBICT). (SILVA e PIRES, 2014).

Em 2008, dois fatos foram decisivos para reposicionar e migrar a Revista do formato impresso (papel) para o formato digital. O primeiro foi o convite da professora Ursula Blattmann para conhecer a proposta de criação de um portal institucional de revistas online da universidade, e o outro a ida do professor Ari Lazzarotti Filho (Guego) para Florianópolis, com intuito de cursar o seu doutoramento na UFSC. O professor até então, era editor da revista Pensar a Prática (FEF/UFG), e já convivia, com o projeto de construção de um portal institucional de revistas científicas digitais. (SILVA e PIRES, 2014). “Nessa condição, o professor Ari prestou, de forma voluntária, inestimável consultoria ao processo de digitalização da RM.” (SILVA e PIRES, 2014, p.785).

O novo desafio da revista naquela fase de transição do formato impresso para o espaço digital foi o de buscar sua modernização, criando condições para manter-se no Portal atendendo às exigências de indexação utilizadas como parâmetro pela CAPES para a pós-

graduação da área 21 denominada a área da Educação Física, sem perder suas características nem abandonar seus princípios fundamentais do projeto editorial original, de natureza crítica, com ênfase nas ciências sociais, que sempre identificou a revista com as demandas sociais pelo acesso ao esporte, ao lazer e à Educação Física, de qualidade, para todos/as.(SILVA e PIRES, 2014).

Em 2012 e 2013 a revista passou por uma grande reformulação, uma delas foi o enxugamento e a reorganização da política de seções da revista; a substituição do caráter temático das edições por uma seção temática eventualmente convocada, mantendo fluxo contínuo para as demais seções; revisar e reformular o conselho editorial e ampliação do corpo permanente de revisores.(SILVA e PIRES, 2014).

Apesar de toda essa reformulação realizada pela revista,nem todas as exigências tidas como critérios para a indexação no sistema LILACS/BIREME foram cumpridas, por se tratar de um indexador da área da saúde,nem sempre é possível associá-las ao projeto editorial da RM que é orientada nas ciências humanas e sociais. No entanto a Revista segundo Silvae Pires (2014) tinha grande chance de ser indexada definitivamente pelo LILACS, uma vez que a revista tem tradição na área, com muitos anos de produção, além do fato de encontrar-se totalmente disponível em formato digital de acesso livre. (SILVA e PIRES, 2014).

Atualmente a revista segundo consta no site da revista, é editada pelo LaboMídia – Laboratório Observatório da Mídia Esportiva com apoio do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/CDS) e do Portal de Periódicos da Biblioteca Universitária, todos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).(RM, 2015).

Segundo informações obtidas no site, a revista é citada como um veículo de difusão da produção acadêmica da área de Educação Física, Esporte e Lazer. Publica trabalhos científicos cujos temas abordam a cultura corporal do movimento nas suas interfaces com as ciências humanas e sociais, desde abordagens socioculturais, filosóficas e pedagógicas. (RM, 2015).

Ainda segundo consta no site da RM, os manuscritos em qualquer seção, devem ser inéditos e não podem estar sendo avaliados por outro periódico simultaneamente. As contribuições devem estar alinhadas com o foco e escopo editorial da revista, em português ou espanhol, e serão aceitas nas seguintes seções: **Artigos Originais** – destinada a publicação de artigos inéditos, decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas. **Porta Aberta** – reservada aos textos de variados formatos, como artigos de revisão, ensaios, resenhas de livros, dissertações ou teses; **Seção Temática** - no formato de dossiê sobre tema escolhido e

divulgado pela comissão editorial. Respeitada a temática indicada na seção, o formato dos textos pode ser: artigo original, artigo de revisão ou ensaio.

As temáticas abordadas pela RM ao longo desses 27 anos foram as seguintes: diretrizes curriculares - Educação Física e Infância - Programas sociais esporte e lazer na escola - Cidadania e Megaeventos esportivos - As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o padrão FIFA- Metodologia de Ensino de Educação Física - Os Jogos Olímpicos e o Fenômeno Esportivo - Educação Física, Corpo e Cultura - Lazer e Educação e meio ambiente - Formação de Professores em Educação Física - Educação Física e Tecnologias digitais Diversidades socioculturais na educação Física - Educação Física e mídias - Práticas corporais e Culturas tradicionais - Educação Física e o mundo do trabalho - Educação Física, esporte, Lazer e Gênero.

Entre os anos de 1988 e 1998, suas publicações foram anuais. De 1999 até 2014 a RM, contou com publicações semestrais com sistema de assinatura bianual. A partir de 2015, passou para o regime quadrimestral, com publicação de edições nos meses de maio, setembro e dezembro. A última versão impressa da Revista foi publicada em dezembro de 2006 e a partir de então a Revista encontra-se disponível somente no formato eletrônico. (RM, 2015).

A realização desta pesquisa, a escolha do objeto e do periódico que seria analisado se deu em função da participação no Programa de Bolsas de Licenciaturas (PROLICEN) da UFG, do ano de 2014 (período de novembro a dezembro de 2014, e retomado em agosto de 2015 seguindo até dezembro de 2015), no qual eu desenvolvi um plano de trabalho vinculado ao projeto “Concepção de diferença na produção acadêmica da Educação Física”, sob orientação da professora Dra. Sissilia Vilarinho Neto. Os dados foram coletados via internet, no site do periódico científico (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia>).

O acesso é gratuito, basta fazer um breve cadastro no site da Revista, essa ação simples contribui para fins estatísticos de acesso referente aos leitores. A RM oferece acesso livre e direto ao seu conteúdo, o que facilitou a coleta de dados no periódico.

Os termos: “Artigos”, “Manuscritos”, “textos”, “trabalhos” e “estudos”, são utilizados como sinônimos na redação desta monografia. Durante a seleção não houve a distinção entre artigos originais, resumos, artigos de opinião, resenhas, ensaios e outros. Haja vista que todos que apresentaram alguns dos descritores da pesquisa foram apreendidos.

A seleção dos artigos foi feita da seguinte forma: levantamento total de artigos publicados na revista; levantamento total de artigos que tratavam de diferenças, conforme os critérios que elencaram os descritores estabelecidos previamente, como podem ser observados

no quadro abaixo; levantamento total de artigos que tratam de diferença e Educação Física Escolar

Quadro 1– Descritores para seleção de documentos a partir do título e/ou palavra-chave.

TEMÁTICAS RELACIONADAS À DIFERENÇA	DESCRITORES
Diferença e correlatos e/ou associados	Diversidade, Desigualdade, Diferença
Marcadores de diferenças	Gênero, Meninos(as), Deficiências, Etnia/raça
Termos princípio orientador ,viabilizar a aceitação da diferença	Inclusão, Integração, Igualdade, Equidade
Descritores associados	Exclusão, Bullying

Os artigos que apresentaram algum dos descritores no título ou na palavra - chave foram lidos no intuito de identificar os que relacionavam o descritor com a Educação Física Escolar (EFE). Essa leitura foi necessária, pois muitos artigos, apesar de conterem os descritores, não apresentavam uma verticalidade relevante para incluírem na amostra. Outra forma encontrada para certificar que usando o mecanismo de busca da revista conseguiu-se selecionar todos os artigos que apresentavam os descritores, foi através da leitura dos sumários de cada exemplar da revista, pois no sumário possui todos os títulos dos artigos e através desses títulos foi possível verificar se os descritores selecionados foram capazes de abranger na totalidade os artigos que tratavam de diferenças na RM desde sua criação até dezembro de 2015.

Tabela 1 – Relação de artigos publicados e artigos selecionados na RM de 1988 até 2015.

ANO DE PUBLICAÇÃO	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS	TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS POR CONTER ALGUM DESCRITOR DA PESQUISA	TOTAL DE ARTIGOS ANALISADOS POR CONTER DESCRITOR DA PESQUISA RELACIONADA À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
1988	13	-	-
1989	18	-	-
1990	14	-	-
1993	36	-	-
1994	24	-	-
1995	34	-	-
1996	35	3	2
1997	17	-	-
1998	13	-	-
1999	30	1	-
2000	26	1	-
2001	23	-	-
2002	27	5	1

2003	16	-	-
2004	24	2	2
2005	22	-	-
2006	21	-	-
2007	21	-	-
2008	41	3	2
2009	23	1	1
2010	38	1	-
2011	33	3	1
2012	39	2	2
2013	44	1	1
2014	44	-	-
2015	52	3	-
TOTAL	728	27	12

Outros dois estudos o de Vilarinho Neto, Castro e Moura (2015) que teve como fonte de coleta de dados a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), e o outro de Souza (2014) que analisou periódico científico Revista Pensar a Prática (RPP), também vinculados ao projeto de pesquisa “Concepção de diferença na produção acadêmica da Educação Física brasileira”, cujo objetivo geral é apreender, na produção do conhecimento acadêmico sobre educação física escolar no Brasil, o trato com as diferenças. Apresentaram os seguintes resultados;

Tabela 2-Total de artigos apreendidos na RBCE, RPP e RM

PERIÓDICOS	PERÍODO DA CATALOGAÇÃO	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS	TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS POR CONTER ALGUM DESCRITOR DA PESQUISA	TOTAL DE ARTIGOS RELACIONADO EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
RBCE	1979 a dezembro de 2014	-	17	9
RPP	1998 a 2013	456	53	14
RM	1988 a dezembro de 2015	728	27	12

Ao realizar a comparação entre o total de artigos apreendidos com descritores da pesquisa, na RM, RPP e RBCE foi possível constatar que a RPP apresentou o maior número de artigos apreendidos com descritores da pesquisa e o maior número de artigos

comdescritores da pesquisa relacionados com a EFE, apesar do total de artigos publicados na RPP ser menor que a da RM até a data de catalogação.

Quanto aos procedimentos adotados para compreender melhor os resultados apreendidos citados nas tabelas acima, na análise qualitativa, foi utilizado o método análise de conteúdo por serum,

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores(quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção(variáveis inferida) destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42 apud MINAYO, 2008, p. 83)

Para realizar a análise e interpretação do conteúdo foi utilizada uma ficha composta por três etapas, primeira - identificação dos artigos (nome da instituição, autores e etc.,) segunda - identificação dos perfis de pesquisa dos artigos (tipos de pesquisa e metodologias) e terceira - identificação de conceitos (apreensão dos conceitos sobre diferenças tragos pelos artigos).

Em seguida inicia a categorização, que é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero(analogia), com critérios previamente definidos [...]” (BARDIN, 1979, p. 117 apud MINAYO, 2008, p.88). A categorização temática segue com base no quadro definido abaixo:

Quadro 2– Categorização temática da pesquisa

Elemento central:	Educação física, diferenças
Operacionalização:	Tratamento dado à diferença na produção científica da RM sobre educação física escolar;
Categorias analíticas:	Diferença, igualdade, inclusão, Educação Física, escola;
Categorias empíricas:	Inclusão nas aulas de educação física; política educacional; metodologias de ensino; organização do trabalho pedagógico; currículo;
Pontos de orientação:	Como a produção científica da Revista Motrivivênciano âmbito da educação física escolar tem se apropriado da discussão sobre as diferenças? Qual a relação destas diferenças com categorias como diversidade, desigualdade, inclusão, integração, igualdade ou equidade? Quais as implicações para a Educação Física escolar e formação humana? Quais as relações entre diferenças, educação do corpo e formação humana presentes nos artigos da revista Motrivivência sobre Educação Física escolar?

Fonte: Vilarinho Neto Projeto PROLICEN, 2014.

A análise da produção acadêmica sobre diferença na RMpossibilita identificar como a revista aborda a temática dentro do contexto da EFE procurando identificar as concepções de

diferenças trazidas pelos artigos e verificando se ao tratar das diferenças esses autores apontam alternativas para superar as discriminações e preconceitos em relação ao trato das diferenças nas aulas de Educação Física Escolar.

3. ABORDAGEM DAS DIFERENÇAS E O DISCURSO DA INCLUSÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

3.1 – DIFERENÇAS NO CAMPO EDUCACIONAL: A INCLUSÃO COMO EIXO

Em meados do final do século passado, inicia no Brasil a constituição dos sistemas nacionais de ensino inspirado no ideário da Educação como um direito de todos e dever do Estado. A burguesia, sentindo a necessidade de construir uma sociedade democrática para se consolidar no poder, encontra no ensino a possibilidade superar a ignorância que era considerada como a principal causa da marginalidade, ou seja, era marginalizado quem não era esclarecido. Essa era a idéia de uma classe que buscava se consolidar no poder. A escola surge então com a única alternativa para superar todas as mazelas advindas do antigo regime e como um instrumento capaz de consolidar a democracia (SAVIANI, 1999).

A pedagogia tradicional determinava a maneira de organizar a escola, tornando a escola um grande instrumento de transformar os súditos em cidadãos, o professor nessa perspectiva assume o papel de protagonista no processo, para isso era necessário que ele estivesse razoavelmente preparado, já que era o principal responsável em transmitir e difundir todo o conhecimento. (SAVIANI, 1999).

Com o fracasso da pedagogia tradicional, por não ter conseguido atingir os objetivos pretendidos que era de tentar ajustar todas as pessoas a esse novo modelo de sociedade, logo vieram as críticas e com isso, surge outra teoria pedagógica, a pedagogia escola nova. (SAVIANI, 1999).

A pedagogia nova ganha força na década de 1930, com o movimento da escola nova que teve seu marco de ascendência no Brasil com o lançamento do manifesto dos pioneiros em 1932. Lançando críticas à pedagogia tradicional a pedagogia nova elabora nova maneira de pensar a educação, a marginalidade deixa de ser vista pela vertente da ignorância. O marginalizado não é o ignorante, mas o rejeitado. (SAVIANI, 1999) “[...] É interessante notar que alguns dos principais representantes da pedagogia nova se converteram à pedagogia a partir da preocupação com os "anormais" [...] (SAVIANI, 1999, p.19)

Ainda segundo Saviani (1999) a teoria pedagógica escolanovista passa a declarar a aceitação das diferenças, passa admitir que todos são diferentes,

[...] Eis a “grande descoberta” os homens são essencialmente diferentes; não se repetem; cada indivíduo é único. Portanto, a marginalidade não pode ser explicada pelas diferenças entre os homens, quaisquer que elas sejam; não apenas diferenças de cor, de raça, de credo ou de classe... mas também diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber, no desempenho cognitivo[...] (SAVIANI, 1999,p.20)

A pedagogia nova por emergir de experimentos restritos, realizados com alguns grupos, não teve muito êxito, pois não se adequou as condições econômicas do Estado, uma vez que demandava grandes investimentos. Segundo a visão de Saviani, o ideário da escola nova difundiu-se e as conseqüências foram desastrosas haja vista que serviu apenas para rebaixar o nível do ensino destinado as camadas mais pobres, em contra partida aprimorou a qualidade do ensino das elites, contribuindo para acentuar ainda mais as desigualdades. Ainda segundo Saviani a pedagogia nova acarretou mais prejuízos do que benefícios, na perspectiva dessa teoria, seria melhor uma escola de qualidade para poucos, do que escolas ruins para muitos, outro ponto negativo, apontado por Saviani (1999), seria o afrouxamento do aspecto disciplinar determinado pela pedagogia tradicional e também pela falta de preparação dos professores uma vez que o foco deixou de ser no professor e passa a ser nos alunos. A escola nova desenvolveu um ensino que atendeu apenas aos interesses da classe dominante. Por melhorar o ensino para os filhos da elite e ao mesmo tempo precarizar o ensino para a classe trabalhadora. (SAVIANI, 1999).

A burguesia como classe dominante estruturada a partir de um ideário de igualdade que assumia como base uma pedagogia da essência tentou estabelecer a escolarização para todos. A escola tinha o papel de defender os interesses da burguesia uma vez que era o principal mecanismo de consolidação da ordem democrática. Com a consolidação da burguesia no poder, a pedagogia da essência deixa de servir aos interesses da burguesia que nesse momento passa a propor a pedagogia da existência, que nada mais é do que considerar os homens não essencialmente iguais e sim diferentes e que essas diferenças deveriam ser respeitadas. Com isso passa a legitimar as desigualdades os domínios e os privilégios.(SAVIANI, 1999).

Nesse contexto quanto mais se falava em democracia no interior da escola menos se evidenciava, a escola nova atendeu a um grupo restrito, os filhos da elite com isso acentuou ainda mais a diferença no que se refere ao domínio do conhecimento. Ainda segundo Saviani(1999, p.74) “[...] a importância da transmissão de conhecimentos foi secundarizada e subordinada a uma pedagogia das diferenças, centrada nos métodos e processos [...]”

A passagem da pedagogia igualitarista para a pedagogia das diferenças não foi capaz de superar o ideário da escola como determinante principal das transformações sociais, faltando a consciência dos condicionantes histórico-sociais da educação.

Essa concepção de escola nunca chegou a se efetivar plenamente porque suas promessas de inclusão social sempre foram uma impossibilidade para as classes trabalhadoras e mesmo os filhos das elites não tiveram como escapar de uma escolarização que jamais deixou de reproduzir internamente as

contradições do mundo burguês, sendo obrigada a conviver com a violência, com a desigualdade e com a injustiça. É, assim, impossível pensar essa escola dissociada das contradições históricas nas quais ela se constituiu e se consolidou. (MIRANDA, 2005, p.641)

O discurso em defesa das diferenças ressurgiu no pós-modernismo

A palavra *pós-modernismo* refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo *pós-modernidade* alude a um período histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas, gerando, um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiosincrasias e a coerência de identidades. (EAGLETON, 1998, p.7 apud PINA, 2009, p. 18)

Segundo Peters (2000), o pós-modernismo representa uma transformação radical no sistema de valores, porém não significa o fim do modernismo, mas outra relação que se estabelece.

Embora seja caracterizado como ideologia específica do neoliberalismo, não se pode negar que o pós-modernismo contribuiu para evidenciar questões políticas importantes, a exemplo da maneira pela qual as diferenças humanas como “raça”, gênero, condição física, origem étnica etc. interferem para a obtenção ou não do acesso a melhores condições de vida. (PINA, 2009, p.22).

No entanto com as inúmeras derrotas nas lutas por igualdade, os teóricos radicais passaram a acreditar que a desigualdade seria inevitável e, até mesmo, necessária. “[...]pós-modernos afirmaram que igualdade e humanidade não tinham sentido e que a diferença e a diversidade deveriam ser a meta (MALIK, 1999 apud PINA, 2009, p.19).

Diante dessa mudança no rumo das lutas dos movimentos sociais e da pressão dos vários grupos tidos como “excluídos” Estado foi forçado a assumir uma posição no campo dos debates e das ações política voltadas para aceitação das diferenças.

Segundo Arroyo “[...] povo age como sujeito de direito bem antes de ser reconhecido como tal. O reconhecimento é apenas a aceitação e a tolerância das elites frente a situação de fato[...].” (ARROYO, s/a, p.76). As ações do Estado são respostas frente há anos de lutas e pressão dos grupos minoritários tidos como excluídos, que por buscarem reconhecimento e aceitação das diferenças, finalmente tem seus direitos legalmente reconhecidos.

No entanto esses grupos continuam evidenciando “[...] o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. [...]” (BRASIL, 2008, s/p)

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.(BRASIL, 2008, s/p)

O aparato legal que determina a aceitação das diferenças estabelece uma relação direta com a temática inclusão escolar, que especificamente no Brasil, tem início com uma abordagem voltada especificamente às pessoas com deficiências. Porém nas últimas décadas acentuou as discussões sobre diversidade cultural e inclusão com abordagem mais ampla, principalmente no meio educacional com a entrada destas temáticas nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trazendo para o debate a questão das diferenças como sinônimo de diversidade. O documento contendo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão foi lançado em 2013 pelo Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação.

Esse documento é resultado dos debates entre o ministério da educação, conselho nacional de educação e secretaria de educação continuada, diversidade e inclusão – SECADI que articulada com os sistemas públicos de ensino elaboraram diretrizes nacional afim que o princípio da diversidade estivesse presente nos projetos políticos pedagógicos das escolas. (BRASIL, 2013). Porém o documento assume logo em sua apresentação que “[...] um dos desafios posto pela contemporaneidade às práticas educativas é o de garantir contextualizadamente, o direito humano universal, social inalienável à educação [...]” (BRASIL, 2013, p.07) a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, desde a constituição federal de 1988 é o que consta no Art. 205. Porém a inclusão que vem acontecendo nas escolas é a inclusão pela igualdade de acesso não oferecendo adequadamente os mecanismos necessários aos alunos para que se apropriem do conhecimento. Haja vista que,

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (BRASIL, 2008, p. s.p)

Segundo Pina (2009) nas formulações sobre educação escolar, o paradigma da

inclusão ganha força a partir do discurso em defesa da construção de uma escola inclusiva, supostamente capaz de superar as práticas educacionais que segregavam e discriminavam principalmente os considerados diferentes. Pina utiliza o termo paradigma da inclusão por constatar através de seus estudos que “[...] ao contrário que se parece, a inclusão não valoriza as diferenças humanas.” (PINA, 2009, p. 151),

Como a “exclusão” é um procedimento gerado pela dinâmica do capital, sua erradicação demanda a necessidade de superar a relação social que sustenta o capitalismo. Porém, por compreender o problema social em questão de forma imediata, as formulações da inclusão, assim como da integração, limitam-se a uma negação imediata da exclusão, negligenciando a necessidade de superar as relações sociais capitalistas. É exatamente por isso que a inclusão não valoriza as diferenças humanas. (PINA, 2009, p. 152).

Aparentemente a escola inclusiva pode ser considerada um avanço, por proporcionar o saber sistematizado aqueles que historicamente foram excluídos, porém não garante o acesso de todos ao saber. “Entendemos como condição básica para a inclusão repensar a organicidade escolar brasileira, mas para isto é primordial dar os subsídios necessários para sustentar e viabilizar essa mudança” (SOUSA e SILVA, 2005, p.8apud PINA, 2009, p.117). Ainda segundo as autoras citadas por Pina para que haja a inclusão é necessário mudanças radicais na forma de organização social relacionada com uma nova visão de homem, mundo e sociedade.

Ainda sem demonstrar a intenção de mudanças radicais e diante da dificuldade do sistema educacional atualembrar uma educação inclusiva concreta, o estado demonstra certa urgência em debater esse processo de inclusão dos grupos historicamente excluídos que segundo o que consta nos documentos, começam a ser contemplados pelas políticas públicas.

[...] inadiável de trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas [...]” (BRASIL, 2013, p.7)

Ao debater princípios e práticas de um processo de inclusão social é coerente que se discuta as questões de classe, mas vale ressaltar que a questão de classe não se enquadra nas demais categorias, pois discutir questões de gênero, etnia, raça, sexualidade é diferente de questões de classe,

[...] Um sujeito – seja ele deficiente, negro, branco, homossexual, homem, mulher – que possui condições de estruturar seu próprio negócio ou de

consumir os melhores serviços oferecidos pela sociedade, como de educação, saúde, habitação etc., vive suas experiências de modo muito diferente daqueles que mal têm asseguradas suas condições básicas de sobrevivência. A experiência de sexismo de uma empresária, por exemplo, por mais visceralmente que tenha sido vivida, é aliviada pelos recursos provenientes de sua posição de classe. Além do mais, a divisão da sociedade em classes permite que alguns indivíduos se beneficiem da opressão de outros e, ainda que seja contraditório, o pós-modernismo consegue unir, em um mesmo movimento social de questão única, indivíduos de classes antagônicas, unificados em torno de identidades mais específicas como mulher, homossexuais, deficientes etc (PINA, 2009, p. 24-25).

Para que se tenha uma sociedade mais justa com melhores condições de vida para todos é preciso buscar formas de diminuir as desigualdades sociais, por conseqüência haveria maior igualdade de classe, mas tratar igualdade de classe. “[...] significa algo diferente e exige condições diferentes das que se associam à igualdade sexual ou racial. Em particular, a abolição da desigualdade de classe representaria por definição o fim do capitalismo.(WOOD, 2003, p.221).

No entanto para que haja transformações significativas no mecanismo que reproduz a exploração e exclusão dos grupos historicamente excluídos e necessário problematizar as questões das desigualdades de classe de forma diferenciada das demais categorias.

[...] a “sociedade inclusiva” não consiste em um novo tipo de sociedade, visto que a efetivação do processo de inclusão nos diferentes setores sociais não altera as relações capitalistas. Dito de outra forma, a inclusão social não visa construir uma sociedade totalmente nova, que possa ser chamada de “sociedade inclusiva”. Trata-se apenas de uma nova face dada à velha ordem social capitalista, qual seja, a de um capitalismo menos selvagem, isto é, humanizado.[...] (PINA, 2009, p. 77-78)

O discurso é respaldado pelo aparato legal, no discurso as políticas educacionais respondem a necessidade gerada pelo sistema no qual, o poder político, a partir de um conjunto de princípios fins e intencionalidades, são políticas compensatórias evidenciadas pela ausência de neutralidade “[...] através do discurso e políticas governamentais – utilizam o princípio do respeito às diferenças para legitimar uma sociedade desigual, injusta, exploradora e “excludente”. (PINA, 2009, p.118),

Segundo Arroyo “[...] Quando o Estado é elevado à condição de ator único, as políticas trazem essas marcas, são políticas compensatórias, reformistas, distributivas. Pretendem compensar carências, desigualdades, através da distribuição de serviços públicos. Os desiguais como problema, as políticas como solução. [...]“(ARROYO, 2010, p.1387).

Ainda segundo Arroyo (2010) ao colocar o estado como sujeito único de ação, o entendimento que se constrói e que, só seus gestores com suas ações, poderão superar as desigualdades genéricas, e os sujeitos feitos desiguais serão destinatários passivos dessas

ações, os desiguais são pensados como problema, sem as competências que exigem o mercado de trabalho moderno. Dessa forma os sujeitos são tidos como problema por serem desiguais, diferentes em raça, etnia, classe, gênero, em valores, cultura, consciência crítica.

As formas de pensar os coletivos desiguais vão determinar as ações no campo das políticas sócio-educativas, se o coletivo é pensado como resultado das carências sejam elas, de moradia, saúde, educação. O estado assume o papel de provedor no intuito de suprir essas carências criando políticas compensatórias. Se os coletivos feitos desiguais são pensados como marginais, à margem de lá em que predomina a miséria moral, ética, falta de valores, elabora-se políticas sócio-educativas que supere as marginalidades, através de pedagogias moralizadoras, civilizatórias que pretendem trazer os sujeitos da margem de lá para margem de cá. Nesse caso o estado é o responsável por construir essas pontes, porém essas pontes não são para todos, serão apenas para os merecedores, os esforçados. A escola e o estado nessa visão são moralizadores dos coletivos marginais.

Outra forma de ocultamento das desigualdades citada por Arroyo é a redução das desigualdades à exclusão, são desiguais por serem excluídos. O discurso da inclusão entra em pauta, o estado tem o dever de incluí-los com políticas de inclusão. O pensamento progressista também contribuiu para o ocultamento das desigualdades, “[...] desiguais por serem inconscientes. pré-políticos, irracionais ou sem a racionalidade crítica, sumidos na consciência pré-política do senso comum, na consciência falsa, em crenças, tradições e misticismos acríticos [...]” (ARROYO, 2010, p.1932).

Ainda segundo Arroyo, no decorrer da história houve varias formas de ocultamento das desigualdades sejam como categorias marginais morais, carentes, excluídos, inconscientes. As políticas sócio-educativas desenvolvidas baseadas nessas formas ocultadas de pensar as desigualdades são vistas como pouco eficazes diante do mecanismo de reprodução das desigualdades e para a complexidade da questão social.

Diante dessa impossibilidade de atuar na diminuição das desigualdades, de uma sociedade marcada por discriminações religiosas, étnico/racial, orientação sexual, gênero, classe social e de pessoas com deficiências. Nota-se a preocupação do estado em elaborar políticas sócio-educativas que garantam uma educação que considere a diversidade ou pluralidade cultural. A palavra de ordem nesse momento é a busca da igualdade na diferença.

[...] a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a uniformidade e a padronização. No entanto, abrir espaços para diversidade, para a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar[...] (MOREIRA E CANDAU,

2006, p.103 apud BRASIL, 2013, p.65).

Quando é citado o termo diferença evidencia-se a aproximação com o termo diversidade, que segundo Gomes (2007) pode ser entendido como a construção histórica cultural e social das diferenças. Porém,

Não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana (Wood, 2003, p. 225).

Nas últimas décadas a temática Pluralidade Cultural vem sendo constantemente abordada no contexto educacional, nos “Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural Orientação Sexual”. Segundo Brasil (1997, p. s/p),

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira [...]

Como citado anteriormente é evidente a aproximação entre o termo diferença e desigualdade. No entanto, segundo Brasil (1997, s/p),

A desigualdade social é uma diferença de outra natureza: é produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política. Quando se propõe o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural brasileira, não se pretende deixar de lado essa questão. Ao contrário, principalmente no que se refere à discriminação, é impossível compreendê-la sem recorrer ao contexto socioeconômico em que acontece e à estrutura autoritária que marca a sociedade. As produções culturais não ocorrem “fora” de relações de poder: são constituídas e marcadas por ele, envolvendo um permanente processo de reformulação e resistência. Ambas, desigualdade social e discriminação articulam-se no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia.

Diante dessa necessidade em debater a diversidade,

As questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se, nos últimos anos, centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Mesmo que tratadas de forma marginal, como "temas transversais", essas questões são reconhecidas, inclusive pelo oficialismo, como legítimas questões de *conhecimento*. O que causa estranheza nessas discussões é, entretanto, a ausência de uma teoria da identidade e da diferença. (SILVA, 2000, s/p.)

Segundo Silva (2000), o chamado multiculturalismo faz um apelo à tolerância e o respeito a diversidade e a diferença. No entanto, apenas com proclamação da existência das

diferenças, da identidade, da diversidade e da diferença existe a tendência de serem naturalizadas, cristalizadas e essencializadas. Ao afirmar uma identidade, ocorre um processo de expressões negativas de identidade. Desse modo, existe uma dependência entre identidade e diferença na qual são mutuamente determinadas. Haja vista que identidade e diferenças são criações do mundo cultural e social, por meio da linguagem e discursos. E assim como a linguagem, a diferença e a identidade são instáveis e indeterminadas. Portanto, estão sujeitas a relações de poder, uma vez que elas não são simplesmente definidas, são impostas.

Nesse sentido,

é crucial a adoção de uma teoria que descreva e explique o processo de *produção* da identidade e da diferença. Uma estratégia que simplesmente admita e reconheça o fato da diversidade torna-se incapaz de fornecer os instrumentos para questionar precisamente os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais e que as separam por meio da diferença cultural. Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. A diversidade biológica pode ser um produto da natureza; o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural. A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação. Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. (SILVA, 2000, s/p)

Segundo Pina (2009) a valorização da diversidade, como forma de inclusão tem atraído grupos historicamente discriminados em torno de demandas e formulação dissociada do interesse comum. Dessa forma acaba promovendo a fragmentação da política e sua dissociação com a economia. O ideário de superação da sociedade excludente passa a ser a “aceitação e valorização da diversidade”, sem promover mudanças profundas nos fundamentos culturais, sociais, políticos e econômicos da sociedade capitalista.

Ainda segundo Pina (2009) construção de uma sociedade justa passa pela valorização das diferenças, mas segundo o autor,

as diferenças humanas não podem ser efetivamente valorizadas em um modo de produção da existência que – além de explorar – empurra para a miséria grande parte daqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. O segundo aspecto a ser mencionado consiste no fato de que a sociedade inclusiva é apenas a sociedade capitalista com uma nova aparência. Embora a inclusão tenha o objetivo real de manter a sociedade que produz a “exclusão”, isso tende a ser mantido como lacuna por seus objetivos proclamados. [...] (PINA, 2009, p.127)

Ao elaborar políticas educacionais que proclamem por uma educação inclusiva, é de extrema relevância compreender o papel da escola nesse processo. Segundo Saviani (2003) o

papel da escola consiste na socialização do saber sistematizado, que deve ser estruturado através do currículo no qual deve conter um conjunto de atividades desenvolvidas pela escola. O conteúdo curricular deve prever um conjunto de saberes e ações que abordem as diferenças de forma contextualizada, conforme afirma Gomes(2007),

[...] Trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a idéia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano [...] (GOMES, 2007, p.23)

Quando Gomes cita que os grupos considerados diferentes passaram a exigir que a diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano, é possível perceber que as ações propostas pelas políticas educacionais findam no discurso. Segundo consta nos documentos, as políticas públicas tem assumido o discurso da valorização exacerbada da diversidade humana no interior das escolas como única forma de superar a exclusão que ao longo da história, atingiu prioritariamente os grupos tidos como diferentes.

No entanto vale ressaltar que tanto a desvalorização quanto a absolutização das diferenças no interior da escola são prejudiciais, atuar nesses dois extremos é negar o direito a igualdade por desconsiderar as relações de poder existentes no contexto das relações sociais imposta pelo sistema produtor de desigualdade. Pois“se as diferenças forem desvalorizadas, desvaloriza-se o próprio homem, a sua existência corporal e fecha-se a possibilidade do encontro para se compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados presentes em cada forma diferenciada de se manifestar.” (VILARINHO NETO, 2012, p. 51)

Portanto ao tratar a temática das diferenças no campo educacional é imprescindível uma abordagem crítica, que supere o discurso das propostas. Uma abordagem fundamentada em uma teoria da educação revolucionária baseada na igualdade essencial entre os homens, uma teoria que entenda a escola como um local de socialização do conhecimento sistematizado dinâmico atrelado ao contexto histórico. Assim ao mesmo tempo em que a escola condiciona as mudanças também é condicionada por elas, por esse motivo pode ser um instrumento, apesar de secundário, capaz de promover juntamente com outros meios a transformação da sociedade em uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2- DIFERENÇAS E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Pretendi-se através deste apontar como se deu a construção das diferenças ao longo da trajetória da Educação Física e como as políticas educacionais, a produção teórica e as práticas pedagógicas se organizam em torno dessa temática. Haja vista que formas de tratamento das diferenças são determinadas pelas mudanças sociais, políticas e econômicas que acontecem na sociedade. Para compreender como se deu essas mudanças no campo da Educação Física é necessária retornar ao Século XIX, um século importante para a Educação Física haja vista que nesse período elaborou-se conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua utilização como força de trabalho. (SOARES, 2004).

Foi nesse mesmo período na França que se consolidava o estado burguês, a Educação Física seria a responsável pela construção de um homem novo para manter a hegemonia da classe burguesa.

A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados, e se faz protagonista de um corpo "saudável"; torna-se receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar. Na consolidação dos ideais da Revolução Burguesa, a Educação Física se ocupava de um corpo a-histórico, indeterminado, um corpo anatomofisiológico, meticulosamente estudado e cientificamente explicado. Ela nega o funambulesco, os acrobatas, a especulação, e buscava as explicações para a sua atuação na visão de ciência hegemônica na sociedade burguesa: a visão positivista de ciência. (SOARES, 2004, p.6)

Nessa perspectiva da construção de um homem novo necessário ao capital, baseou-se em um modelo mecanicista que seguia o pensamento naturalista do positivismo alicerçado na física sobre tudo na biologia e na história natural. Esse modelo de conhecimento de abordagem positivista serviu de base para construção de várias teorias que passaram a justificar as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas.

Todas as desigualdades sociais, todas as diferenças de classe tomam, assim, a aparência de diferenças hereditárias, genéticas, portanto, naturais, transmitidas de geração a geração, sem possibilidade histórica de serem alteradas. Afinal, são as pesquisas científicas que "demonstram", pelos dados apresentados, esse quadro absolutamente inalterável. (SOARES, 2004, p.16)

Se por um lado essas novas teorias confirmavam a superioridade de uns sobre os outros como sendo "natural" e hereditária, por outro lado acabaram por contribuir para consolidar uma ideologia que justificasse as desigualdades sociais. Alegando que tais desigualdades seriam causadas por problemas de ordem biológica e não social.

Com esse argumento, a burguesia acentua "esforço pessoal" e o valor individual de cada um, afirmando, ainda, que os mais aptos vencem, portanto, "competem". Competição e concorrência, grandes eixos do

capitalismo, serão entendidos como aturais e não como produto de um processo histórico de desenvolvimento da sociedade. (SOARES, 2004, p.17)

Com esse argumento, do melhoramento genético para depuração da raça, a teoria racial, a Eugênia foi desenvolvida. Dessa forma a burguesia tentou justificar a exploração e o domínio de classe. “No Brasil, a Educação Física aparecera vinculada aos ideais eugênicos de regeneração e embranquecimento da raça, figurando em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares” (SOARES, 2004, p.18).

Ainda apropriando das ciências biológicas, o discurso e a prática médica oriundos da medicina social, lançando mão da Educação Física, constituem em instrumentos de intervenção na sociedade no sentido de alterar hábitos, costumes, crenças e valores.

Segundo Castellani filho (2001) A Educação Física quando recebi dos higienistas a incumbência de criar o corpo saudável, robusto e harmonioso em detrimento ao corpo relapso, flácido e doente, acaba por contribuir,

para que este corpo servisse para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados. Para explorar e manter explorado, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização sócio-econômica, não lograram conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene. (CASTELLANI FILHO, 2001, p.43)

Para o pensamento médico higienista, atuar sobre a família seria a melhor forma de intervenção no sentido de reorganizar disciplinar a classe trabalhadora. Intervindo diretamente na intimidade, no trabalho, no cotidiano dos indivíduos seria possível de estabelecer uma normatização do corpo social.

É neste contexto que se é pensado os corpos e os papéis sociais na constituição familiar. A figura da mulher na família seria a de mulher - mãe dedicada que cuida, protege e transmite conhecimento e valores necessários para a domesticação da classe trabalhadora.

Sendo assim o pensamento positivista criou-se um conjunto de tarefas que ideologicamente só poderiam ser desenvolvidas por elas. A mulher-mãe, esposa, dona de casa fundamentava-se em descobertas científicas que atribuía a "natureza", e não a sociedade e a cultura, as diferenças entre homens e mulheres em relação ao espaço que ambos poderiam ocupar na produção. (SOARES, 2004).

“O capitalismo pôs nos seus ombros uma carga que a esmaga; fez dela uma assalariada, sem ter diminuído o seu trabalho de dona de casa e de mãe”, isto é, atribuindo-lhe uma dupla jornada de trabalho “(KOLLONTAI, 1979, p.50 apud FREITAS, M., 1991, p.47). Dessa forma “O valor pago pela força de trabalho feminina era infinitamente inferior aquele pago pela força de trabalho masculina, criando assim uma aparente rivalidade entre

ambos, rivalidade esta necessária para ocultar o verdadeiro rival do trabalhador, o capital.” (SOARES, 2004, p.27).

A compreensão de que as atitudes femininas são determinadas pela influência das características biológicas, e não os determinantes sócio-culturais serviram para justificar a idéia da superioridade do sexo masculino sobre o feminino, causando o equívoco da naturalização do fato social. (CASTELLANI FILHO, 2001).

A legislação da Educação Física e o Esporte contribuíram para reforçar tal entendimento, uma vez que através de decreto e deliberações proibiam ou restringiam a participação de mulheres em certas modalidades esportivas, no caso da participação facultativa ressalta a necessidade de prepará-las fisicamente para a maternidade.

Ao mesmo tempo em que a Educação Física preparava a mulher para a maternidade preparava o homem para ser o provedor, trabalhador forte, saudável, ágil e disciplinado capaz de atuar como força produtiva. Dessa forma, a Educação Física, reforçava as diferenças entre os sexos, respaldada por uma visão naturalizada dos papéis sociais. Segundo Goellner (2003) O processo de civilização começaria, então, pela educação dos corpos, redefinindo hábitos, atitudes e comportamentos. A atividade física passa a ser indicada para os corpos femininos como elemento necessário à construção de um estado satisfatório de saúde.

A partir dos anos de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, a luta política passa a ser realizada de forma fragmentada, focalizando as diferenças na disputa política por direitos a participação em espaços sociais da sociedade capitalista (VILARINHO NETO, 2012)

Época classificada como “Era de Ouro” do capitalismo, que vai do pós-Segunda Guerra (1947) à crise mundial de meados dos anos setenta (1973) (...) é caracterizada por “profundas e irreversíveis” transformações no âmbito econômico, social e cultural ao mesmo tempo em que o confronto entre capitalismo e socialismo permaneceu vivo com a realização da Guerra Fria. (HOBSBAWM, 1995 apud VILARINHO NETO, 2012).

Diferente da primeira fase do movimento que foi marcado pela luta pelo direito ao voto e pelo direito a integração na comunidade. Nesta “nova” fase, as mulheres se revoltaram contra doutrinas católicas, passaram a integrar o ensino superior; organizaram-se em torno de lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres; ocuparam cargos públicos importantes; além do fato de que aumentou significativamente a inserção de mulheres casadas no mundo do trabalho. (VILARINHO NETO, 2012, p.22).

Passando então a afirmar mais veementemente “o direito à diferença” com pretensões de romper com argumentos justificadores das hierarquias sociais e estabelecer a igualdade entre os sexos no mundo do trabalho. Para tanto era necessário defender a diferença – evidentemente visível entre homens e mulheres – e, ao mesmo tempo, argumentar que, com

base nestas diferenças, as práticas culturais vinham construindo hierarquias sociais que impediam, por exemplo, o acesso, em condições de igualdade com o homem, ao mundo do trabalho e também a própria garantia de direitos outros que fossem atinentes à diferença da mulher: (PIERUCCI, 1999 apud VILARINHO NETO, 2012, p.22)

Esse movimento neofeminista da década de 60 teve seus reflexos na política das décadas de 1970 e 80 na Educação Física (EF) brasileira que também passou a refletir sobre a temática de gênero, negando o argumento biologicista que historicamente tornou-se justificativa para a exclusão das mulheres no âmbito da EF e do desporto. (DEVIDE, 2011 et al).

O termo gênero desestabiliza (...) a noção de existência de um determinismo biológico cuja noção primeira afirma que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam (...) desigualdades, atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (GOELLNER, 2005, p. 207 apud DEVIDE, 2011, p. 93).

Como foi evidenciado anteriormente, o campo teórico da Educação Física desde seu surgimento atendeu aos interesses do sistema capitalista seja na preparação do corpo para servir como força de trabalho, seja no aprimoramento da raça pelas teorias eugênicas ou na determinação de papéis sociais.

As diferenças sejam de gênero, etnia/ raça foram marcadores centrais na determinação de papéis sociais, no entanto o estudo das diferenças na Educação Física inicia na década de 1990 e passa a ser objeto de debate teórico na Educação Física a partir de 1992, com Jocimar Daolio. Segundo Vilarinho Neto (2012) Daolio foi o autor mais citado quando nos seus estudos, se buscava fundamentar a diferença a partir da Educação Física. Daolio defende que “[...] a diferença se expressa no corpo, na forma de comportamentos. Tais comportamentos constituem a diversidade cultural e para serem compreendidos precisam ser interpretados pela investigação antropológica.[...]” (VILARINHO NETO, 2012, p.45).

Ainda segundo Vilarinho Neto (2012) Daolio foi o primeiro pesquisador no campo acadêmico da Educação Física a buscar na Antropologia fundamentos teóricos para compreensão do corpo numa perspectiva de contraponto às abordagens biologizantes. Nessa perspectiva Daolio aborda a diferença como dimensão constituinte do ser humano, ele afirma que “a igualdade e a diferenciação são dois aspectos de uma mesma questão” (DAOLIO, 1998a, p. 80 apud VILARINHO NETO, 2012, p.48).

Para Daolio a estrutura biológica que estabelece uma relação de igualdade entre os seres humanos, todos são iguais, uma vez que são todos da mesma espécie, superando com isso a visão etnocêntrica. Dessa forma a natureza não produz desigualdades. O ser humano

pode diferenciar, porém nunca mudará sua espécie Homo. As diferenciações são assim consideradas expressões culturais (DAOLIO, 1995a; 1998a apud VILARINHO NETO, 2012).

No entanto essa mesma condição biológica que iguala os seres humanos os diferencia, uma vez que o corpo posto em condições precárias de adaptação pelos aspectos biológicos se comparada aos outros seres, possibilita e torna necessário o surgimento da cultura.

O equipamento biológico que todo homem possui permite respostas gerais que não diferenciariam os vários agrupamentos humanos, mas é a cultura – e uma cultura específica – que o localiza no mundo, permitindo a ele ações organizadas dentro de um contexto determinado, manipulando símbolos, criando sistemas de significados historicamente determinados, enfim, humanizando-os, porque dá forma, ordem e sentido à vida (DAOLIO, 2001, p. 30 apud VILARINHO NETO, 2012, p.49).

Segundo Vilarinho Neto (2012), Daolio entende a pluralidade cultural como diferenças perceptíveis no corpo, pois o corpo é o “espaço cultural”, já a individualidade “se concretiza no e por meio do corpo”.

A diferença entendida a partir do princípio da alteridade confere as diferenças características específicas e vitais para cada grupo, Daolio e Oliveira defendem que a única igualdade que se pode ter é a igualdade do acesso ao conhecimento sobre as diferenças. (DAOLIO E OLIVEIRA, 2010; 2011 apud VILARINHO NETO, 2012). Já Vilarinho Neto afirma que, o ser humano não se diferencia pelo discurso nem pela valorização das diferenças biofísicas, mas pela atividade humana a fim de satisfazer suas necessidades imediatas. (VILARINHO NETO, 2012).

Se existe uma dependência entre identidade e diferença na qual são mutuamente determinadas haja vista que são criações do mundo cultural e social, por meio da linguagem e discursos que são sujeitas as relações de poder no qual são impostas como afirma Silva (2000). Pode-se concluir que a fim de satisfazer as necessidades imediatas, são estabelecidas relações de poder utilizando a linguagem e o discurso. Ou seja, o discurso e a linguagem são utilizados para estabelecer uma relação de poder no qual impõe uma classificação e uma divisão hierarquizada. E para estabelecer uma norma que significa Segundo Silva (2000) atribuir à identidade todas as características positivas possíveis, na qual as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade tida como norma tende a ser tomada como natural com isso tudo que se diferencia dessa norma “construída” são tidas como “anormal” ou diferente. Desse modo o discurso e a linguagem são meios utilizados para determinar a identidade e a diferença de acordo com as relações de poder estabelecidas no contexto social.

4. O TRATO DADO AS DIFERENÇAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

4.1- A REVISTA MOTRIVÊNCIA E A PRODUÇÃO SOBRE DIFERENÇA DE 1988 A 2015

Atualmente a RM conta com as seguintes seções: **Artigos Originais** – destinada a publicação de artigos inéditos, decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas. **Porta Aberta** – reservada aos textos de variados formatos, como artigos de revisão, ensaios, resenhas de livros, dissertações ou teses; **Seção Temática** - no formato de dossiê sobre tema escolhido e divulgado pela comissão editorial. No entanto nem sempre foi assim, como já foi citado anteriormente, no início a RM era constituída de diversas sessões tais como: Textos Temáticos, Cientifique-se, Experimentando, Ponto de Vista, Grupos de Estudo, Porta Aberta, Homenagens Especiais e outras. De 1988 até 2011, a seção “editorial” era destinada ao tema, no qual reunia todos os artigos referentes a temática. Até então não havia a seção denominada “Seção Temática” nem a seção “Artigos originais”, Em 2012 e 2013 a revista passou por uma grande reformulação, uma delas foi o enxugamento e a reorganização da política de seções da revista, com isso foi criada a “Seção Temática” e a seção “Artigos originais”. A tabela abaixo traz uma relação da quantidade de manuscritos publicados na RM, entre os anos de 1988 a dezembro de 2015, informando a classificação por seção.

Tabela 3– Total de manuscritos publicados e suas classificações, na RM de 1988 a 2015.

ANO	TEMA DA EDIÇÃO	SEÇÃO TEMÁTICA OU EDITORIAL	SEÇÃO ARTIGOS ORIGINAIS	SEÇÃO PORTA ABERTA	TOTAL DA PRODUÇÃO POR ANO
1988	N. 1 (1988): Currículo em Educação Física	10	-	03	13
1989	N. 2 (1989): O esporte e suas diversas concepções	14	-	04	18
1990	N. 3 (1990): O corpo	09	-	05	14
1993	N. 4 (1993): A Educação Física escolar e o compromisso com a escola pública	23	-	13	36
1994	N. 5 (1994): Pesquisa em Educação Física - n. 5,6 e 7	16	-	08	24
1995	N. 8 (1995): Educação Física: teoria & prática	26	-	08	34

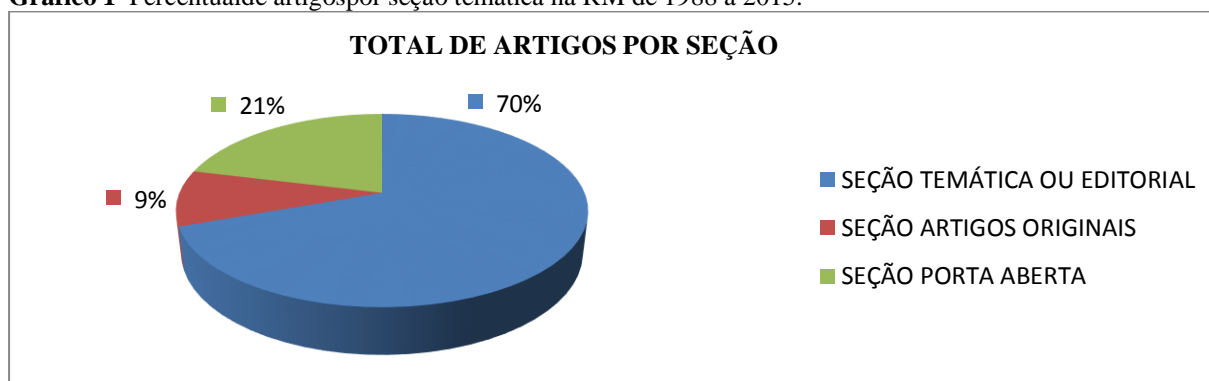
1996	N. 9 (1996): O jogo e o brinquedo na Educação Física	27	-	08	35
1997	N. 10 (1997): Educação Física: globalização e profissionalização	15	-	02	17
1998	N. 11 (1998): Políticas públicas: Educação Física/esporte/lazer - I	12	-	01	13
1999	N. 12 (1999): Políticas públicas: Educação Física/esporte/lazer - II N. 13 (1999): Elementos teórico-metodológicos para a Educação Física	26	-	04	30
2000	N. 14 (2000): Movimentos Sociais: Educação Física/Esporte/Lazer N. 15 (2000): Educação Física, Corpo e Sociedade – I	24	-	02	26
2001	N. 16 (2001): Educação Física, Corpo e Sociedade – II N. 17 (2001): Educação Física e Mídia	21	-	02	23
2002	N. 18 (2002): Educação Física, Esporte, Lazer e Mídia (II) N. 19 (2002): Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero	22	-	05	27
2003	N. 20-21 (2003): Edição especial 15 anos	13	-	03	16
2004	N. 22 (2004): Educação Física, Esporte, Lazer e Meio Ambiente N. 23 (2004): A produção do curso de especialização em Educação Física Escolar do NEPEF/CDS/UFSC	23	-	01	24
2005	N. 24 (2005): Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde N. 25 (2005): Formação	18	-	04	22

	profissional				
2006	N. 26 (2006): Formação profissional II N. 27 (2006): Grandes Eventos Esportivos no Brasil	17	-	04	21
2007	N. 28 (2007): Conhecimento e prática na Educação Física escolar N. 29 (2007): Educação Física na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis: problematizando limites e possibilidades	18	-	03	21
2008	N. 30 (2008): Educação Física, esporte e lazer: prática social, ação reflexiva e produção do conhecimento N. 31 (2008): conteúdos da educação física escolar	31	-	10	41
2009	N. 32-33 (2009): Dossiê 2007-2016 - A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil	20	-	03	23
2010	N. 34 (2010): Educação Física e Tecnologias Digitais N. 35 (2010): Educação Física e o Mundo do Trabalho I	34	-	04	38
2011	N. 36 (2011): Educação Física e o Mundo do Trabalho II N. 37 (2011): Diversidades socioculturais na Educação Física	24	-	09	33
2012	N. 38 (2012): Programas Sociais de Esporte e Lazer na Escola e na Comunidade N. 39 (2012): Dossiê: Espaços e Equipamentos de Educação Física	19	11	09	39
2013	N. 40 (2013): As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o “padrão FIFA”	14	21	09	44

	N.41(2013): Manifestações populares, Cidadania e Megaeventos esportivos				
2014	N.42(2014) V. 26: Rendimento, educação e participação? As políticas públicas para o esporte no pós-1988 N.43(2014) V. 26: 10 anos de Diretrizes Curriculares para a formação de professores	19	14	11	44
2015	N.44, V. 27, N. 45, V. 27 Infância/criança e Educação Física N. 46, V. 27	11	22	19	52
TOTAL DE ARTIGOS P/SEÇÃO		506	68	154	728
TOTAL DE MANUSCRITOS					

De 1988 a dezembro de 2015 foram publicados o total de 728 manuscritos. A edição que apresentou o maior número de manuscritos somando todas seções foi a edição nº4 de 1993 com o tema: “A Educação Física escolar e o compromisso com a escola pública”. O gráfico abaixo expressa de forma percentual a distribuição desses manuscritos por seções. Verificou-se que a “Seção temática/editorial” representou 70% de toda a produção da revista.

Gráfico 1–Percentual de artigos por seção temática na RM de 1988 a 2015.



Para localizar os textos que problematizaram a questão das diferenças, foi estabelecido alguns critérios de seleção. Os artigos selecionados deveriam conter em seus títulos ou termos indexados os descritores que foram previamente estabelecidos, como demonstrado no quadro um apontado anteriormente.

A partir desses descritores foi possível localizar e selecionar 27 textos que tratavam de diferenças na RM. No quadro abaixo é apresentado a relação da quantidade de artigos apreendidos por descritores.

Quadro 3 -Quantidade de artigos selecionados a partir dos descritores na RM de 1988 a 2015.

CRITÉRIOS	QUANTIDADE DE ARTIGOS SELECIONADOS
Diferença e correlatos e/ou associados como: diversidade, desigualdade, diferença.	1
Marcadores de diferenças, como: gênero (meninas, meninos), deficiências (em geral ou específicas), etnia/raça, cor da pele etc.	21
Termos que apresentam característica de ser princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação da diferença, tais como: inclusão, integração, igualdade, equidade.	4
Descritores associados: exclusão e Bullying	1

Como se verifica a quantidade maior de manuscritos apreendidos por descritores foram encontrados nos “Marcadores de diferença” com 21 textos selecionados. Em seguida nos “Termos que apresentam característica de ser princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação da diferença”, com quatro artigos apreendidos.

A tabela cinco apresenta a quantidade de artigos apreendidos com os descritores estabelecidos para a pesquisa, ano de publicação e o tema de cada edição que atenderam aos critérios estabelecidos na tabela quatro. Os períodos de publicação da revista foram divididos tomando por referência décadas e, ao mesmo tempo, buscando contemplar o desenvolvimento do campo acadêmico: de 1979 a 1989, período do início da denominada crise da Educação Física brasileira (MEDINA, 1996), no final desse período que a RM inicia suas atividades; de 1990 a 1999, período de crítica e de elaboração de abordagens pedagógicas críticas para o ensino de Educação Física na escola; de 2000 a 2014, período de amadurecimento teórico e de avaliação do impacto das abordagens pedagógicas críticas na escola. (VILARINHO NETO, CASTRO E MOURA, 2015).

Tabela 4—Período e ano de cada artigo publicado na Revista Motrivivência de 1988 a 2015

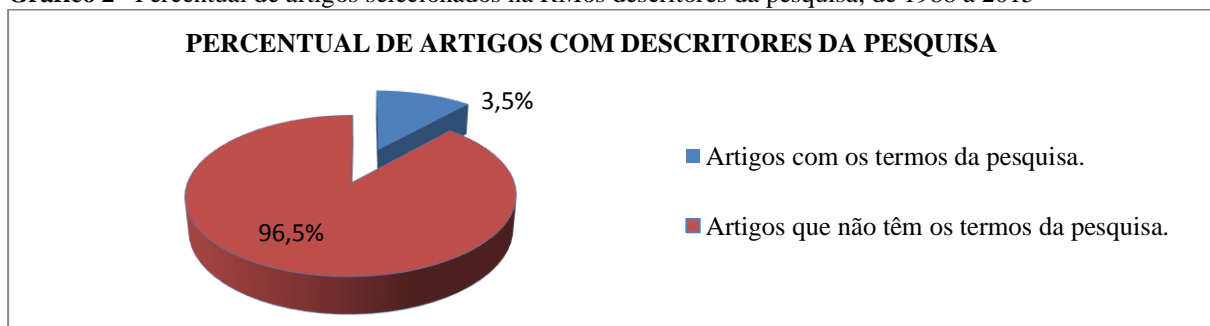
PERÍODO DE PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ARTIGOS C/ DESCRITORES.
Até 1989	1988	-
	1989	-
	1990	-
	1991	-
	1992	-
	1993	-

De 1990 a 1999	1994	-
	1995	-
	N. 9: O jogo e o brinquedo na Educação Física. Dezembro/1996	3
	1997	-
	1998	-
	N. 12: Políticas públicas: Educação Física/esporte/lazer - II Maio/1999	1
De 2000 até 2014	.2000 N. 15 (2000): Educação Física, Corpo e Sociedade – I	1
	2001	-
	N.19: Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero. 2002	6
	2003	-
	N. 23: A produção do curso de especialização em Educação Física Escolar do NEPEF/CDS/UFSC. 2004	2
	2005	-
	2006	-
	2007	-
	N. 30: Educação Física, esporte e lazer: prática social, ação reflexiva e produção do conhecimento. 2008	3
	N. 32-33: Dossiê 2007-2016 - A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil.2009	1
	N. 34: Educação Física e Tecnologias Digitais. 2010	1
	N. 36: Educação Física e o Mundo do Trabalho II.2011	3
	N. 37 (2011): Diversidades socioculturais na Educação Física	
	N.38 : Programas Sociais de Esporte e Lazer na Escola e na Comunidade.2012	2
	N. 39 (2012): Dossiê: Espaços e Equipamentos de Educação Física	1
	N. 40: As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o “padrão FIFA”. 2013	
2014	-	
V. 27, n. 46. 2015	3	
Total de artigos com descritores da pesquisa		27

O início da Revista é caracterizado pelas constantes ameaças de privatização das universidades e do patrimônio público em geral, é nesse contexto que as primeiras edições são publicadas, dentre elas: “Currículo” (nº 1- 1988), “O esporte e suas diversas concepções” (nº 2 - 1989), “O corpo” (nº 3 - 1990), “A Educação Física escolar e o compromisso com a escola pública” (nº 4 -1993): Pesquisa em Educação Física – nº. 5,6 e 7(nº 5 - 1994) e de (nº 8 - 1995): Educação Física: teoria & prática. Nessas edições não foi apreendido nenhum manuscrito com descritores da pesquisa. Somente na Edição nº 9 de 1996 cujo tema: O jogo e

o brinquedo na Educação Física, apresentou os três primeiros manuscritos com descritores da pesquisa. A Edição de nº19 de 2002 de tema: Educação Física, Esporte, Lazer e Gênero, essa edição que abordou a temática gênero foi a edição que teve maior numero de textos apreendido com descritores da pesquisa, somando o total de cinco. No entanto somente dois desses textos apresentaram relação diferença e Educação Física Escolar. As demais edições que apresentaram descritores da pesquisa mantiveram a média de dois artigos por edição. O gráfico abaixo expressa o percentual de artigos com os descritores da pesquisa, em relação à quantidade total de artigos publicados na RM de 1988 a2015.

Gráfico 2– Percentual de artigos selecionados na RMo descritores da pesquisa, de 1988 a 2015



Como se verifica no gráfico, a produção total de artigos com os termos da pesquisa representaram 3,5% até sua última edição de 2015, ou seja, em 27 anos de publicações.

A RM apresentou umaportcentagem bem inferior se comparado ao percentual apreendido na RPP, na qual segundo Souza (2014) a produção total de artigos apreendidos com os termos da pesquisa representou 12% de tudo que já se produziu na RPP desde seu lançamento até o ano de 2013. Totalizando 17 anos, dez anos a menos de publicações que a RM

Já a RBCE dos seus 35 anos de existência foi possível apreender o total de 17 artigos com descritores da pesquisa.(VILARINHO NETO, CASTRO E MOURA, 2015). Por se tratar de valores parciais, a RBCE foi a que apresentou o menor número de artigos com descritores da pesquisa, enquanto que a RM apresentou 27 artigos e a RPP apresentou o total de 53 artigos com descritores da pesquisa.O quadro a seguir mostra a quantidade de textos encontrados a partir dos descritores apreendidos nos títulos e nas palavras-chave da RM.

Quadro 4- Descritores apreendidos nos títulos e nas palavras-chave dos trabalhos selecionados na RM de 1988 a 2015.

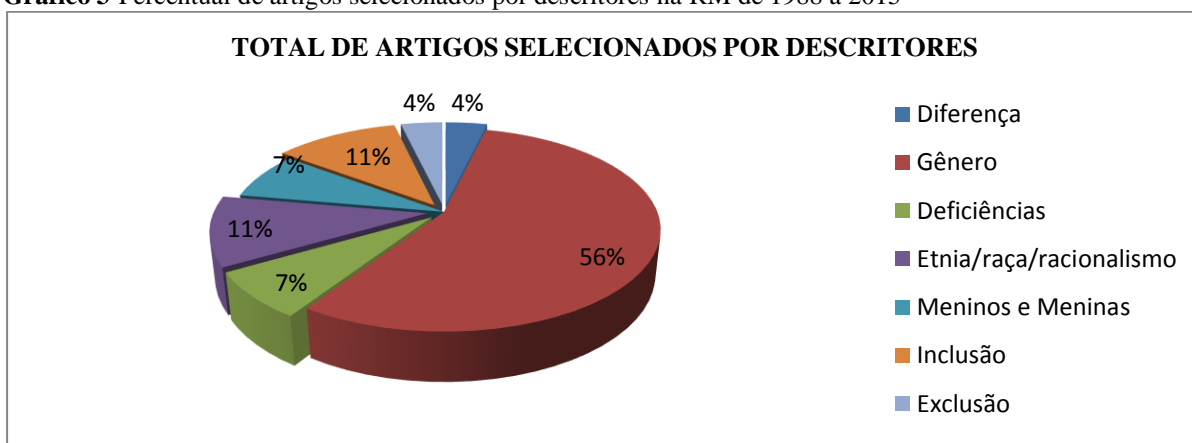
TEMÁTICAS	DESCRITORES DA PESQUISA	DESCRITORES DA PESQUISA NO TÍTULO	DESCRITORES NOS TERMOS INDEXADOS	TOTAL POR DESCRITORES
Diferença e correlatos e/ou associados	Diversidade	-	-	-
	Diferença	1	-	1
	Desigualdade	-	-	0
Marcadores de diferenças	Gênero	11	3	14
	Deficiências	1	1	2
	Etnia/raça/racionalismo	2	1	3
	Meninos e Meninas	2	-	2
Termos que apresentam característica de ser princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação da diferença	Inclusão	3	1	4
	Equidade	-	-	0
	Integração	-	-	0
	Igualdade	-	-	0
Descritores associados	Exclusão	1	-	1
	Bullying	-	-	0
Total		21	6	27

Os descritores da pesquisa apreendidos nos títulos somaram 21 enquanto que os descritores apreendidos nas palavras-chave foram somente seis. A soma total de artigos com descritores da pesquisa foi de 27 artigos.

Como pôde ser observada, a maioria dos descritores encontrados tanto nos títulos quanto nas palavras-chave estão vinculados à temática “marcadores de diferenças”. Somando o total de 21 artigos. Resultado semelhante ao que ocorreu com a análise do periódico RPP, que segundo Souza (2014) a quantidade maior de artigos apreendidos por descritores se encontrou nos “marcadores de diferença”, uma quantidade que soma cerca de 73, 6% de todos os artigos, com 39 artigos apreendidos. Diferentemente do que foi constatado por Vilarinho Neto; Castro e Moura (2015) ao analisarem a produção do periódico RBCE, na temática que apresenta características de ser princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação da diferença, do qual o descritor “inclusão” foi o que teve o maior número de artigos apreendidos com cinco artigos e um artigo com descritor equidade.

Já no gráfico três é possível verificar o total de artigos apreendidos por descritores apreendidos na RM.

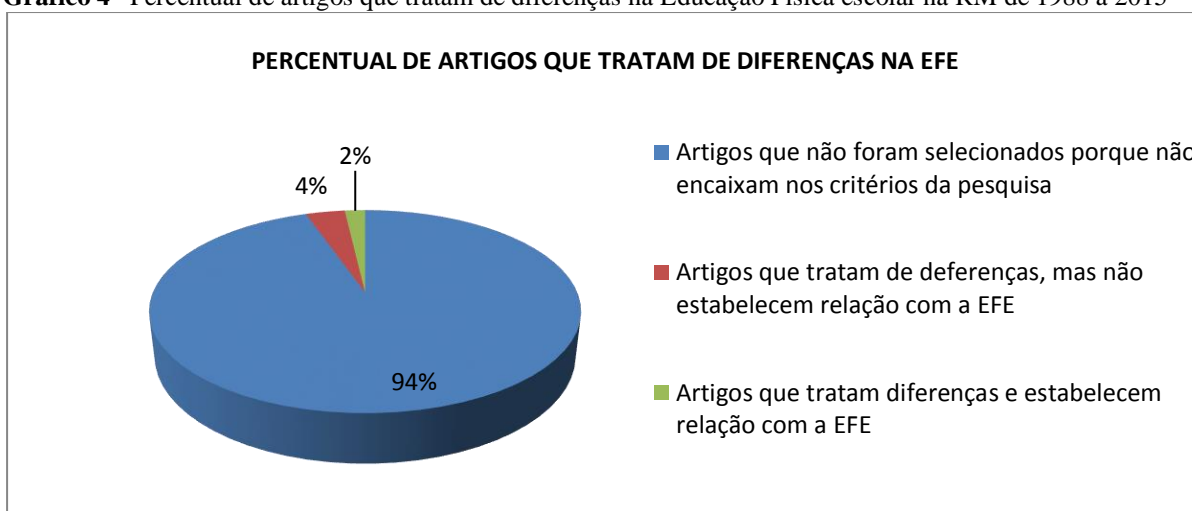
Gráfico 3- Percentual de artigos selecionados por descritores na RM de 1988 a 2015



Por meio dos artigos selecionados com os descritores da pesquisa procurou-se apreender os artigos que tratavam da questão da diferença especificamente na Educação Física Escolar. Para isso foi estabelecido dois critérios principais. Além de constar nos títulos ou nas palavras-chave algum dos descritores do quadro, deveria conter nos resumos dos artigos a associação dos descritores com a questão do trato da diferença na Educação Física Escolar (EFE). Com esta triagem foi possível selecionar dos 27 artigos, 12 relacionados à escola.

Em relação ao total de publicações da RM de 1988 a 2015, o gráfico quatro mostra o percentual de artigos publicados sobre diferença na EFE.

Gráfico 4- Percentual de artigos que tratam de diferenças na Educação Física escolar na RM de 1988 a 2015



Os artigos que tratam de diferença e Educação Física escolar representam somente 2% do total de artigos que foram publicados na revista desde 1988 a dezembro de 2015. Estes 2% correspondem ao total de 12 artigos.

Das quatro edições cujo tema estava direcionado para escola ou Educação Física Escolar não foi possível apreender nenhum artigo que tratava a questão da diferença. Na Edição nº 37 de 2011 que apresentou como tema “Diversidade socioculturais na Educação Física” foi apreendido um artigo cujo título “Marcas de gênero na educação física escolar: a separação de meninos e meninas em foco”. A Edição de 2002 de tema: Educação Física, esporte, lazer e gênero foi a que teve o maior número de manuscritos apreendidos com descritores da pesquisa somando cinco. No entanto, somente um relacionava diferenças com Educação Física escolar.

O quadro cinco mostra a quantidade de descritores localizados, tanto no título quanto nas palavras-chave dos artigos e o ano de publicação de cada artigo que relacionavam diferenças com Educação Física Escolar na RM.

Quadro 5– Descritores localizados nos títulos e palavras – chave nos artigos que relacionam diferença com Educação Física escolar na RM de 1988 a 2015

TEMÁTICAS	DESCRITORES DA PESQUISA	DESCRITORES DA PESQUISA NO TÍTULO		DESCRITORES NA PALAVRAS - CHAVE	
			Anos das publicações		Anos das publicações
Diferença e correlatos e/ou associados	Diversidade	-		-	
	Diferença	-		-	
	Desigualdade	-		-	
Marcadores de diferenças	Gênero	3	1996	2	2008
			2002		2012
			2011		
	Deficiências	-		1	2013
	Etnia/raça	1	2008	1	2004
	Meninos e Meninas	1	2012	-	
Termos que apresentam característica de ser princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação da diferença	Inclusão	2	1996	-	2004
			2004		
	Integração	-		-	
	Igualdade	-		-	
Descritores associados	Exclusão	1	2009	-	
	Bullying	-		-	

Dos descritores estabelecidos para a pesquisa, seis foram apreendidos por fazerem relação das diferenças e Educação Física Escolar dentre eles: gênero, meninas(os), deficiência inclusão, exclusão, Etnia/raça. O descritor gênero obteve o maior percentual de artigos apreendido totalizando cinco artigos, vale ressaltar que a revista estabelece temáticas específicas para algumas edições. Em 2002 a Revista publicou uma edição que abordou a temática Educação Física, Esporte Lazer e Gênero, essa edição apresentou o maior número de artigos selecionados com os descritores da pesquisa, no entanto somente um artigo apresentava relação diferença e Educação Física Escolar. Na RBCE somente quatro descritores foram encontrados; gênero, diferença, equidade, inclusão. O descritor inclusão foi

o mais apreendido. (VILARINHO NETO; CASTRO E MOURA, 2015). Já na RPP segundo Camila (2013) foram oito os descritores apreendidos dos artigos que tratavam diferença na EFE. Dentre eles; Educação Física, gênero, diferença, deficiência , inclusão, bullying, exclusão e divisão. Assim como a RBCE a RPP com o descritor inclusão obteve o maior número de artigos apreendidos.

Nos três periódicos aqui citados: RPP, RM e RBCE, se comparado os anos de publicação dos artigos apreendidos é possível constatar que o período de 2002 a 2014, foi o período que apresentou o maior número de publicação de artigos com descritores da pesquisa relacionados com a Educação Física Escolar. Segundo Vilarinho Neto, Castro e Moura (2015). De 2000 a 2014 corresponde ao período de amadurecimento teórico e de avaliação do impacto das abordagens pedagógicas críticas na escola. A maioria dos artigos apreendidos com descritores da pesquisa com foco na EFE foram publicados justamente nesse período.

Esse aumento das publicações nesse período, em específico das publicações com o descritor inclusão se deve “[...] ao aumento da preocupação em manter a estabilidade social por meio de medidas de alívio à pobreza e de estímulo à coesão cívica situou o ideário da inclusão como componente ideológico das iniciativas de incentivo à tolerância e de combate à “exclusão”. [...]” (PINA, 2009. p.116). As políticas educacionais e vários outros documentos demonstram essa crescente preocupação em construir uma sociedade inclusiva, com o slogan, escolas para todos, essa seria então uma estratégia de aliviar a pobreza e de incentivar à tolerância na qual demandaria o desenvolvimento da inclusão. Esse conjunto de ações e pensamentos refletiram também no aumento da produção acadêmica com o intuito de propor soluções a essa problemática especificamente no contexto escolar.

Retomando a análise dos números obtidos, apesar dos resultados do levantamento realizado por Valter Bracht et al. (2011) no qual constata que alguns periódicos como a RPP, A RM e a RBCE são claramente reconhecidos como fóruns privilegiados para os debates ou a veiculação do conhecimento relativo à Educação Física Escolar. O percentual de artigos apreendidos que abordam as diferenças com foco na Educação Física Escolar foi muito inferior se comparado ao percentual total dos artigos relacionados com a Educação Física Escolar publicados nesses periódicos.

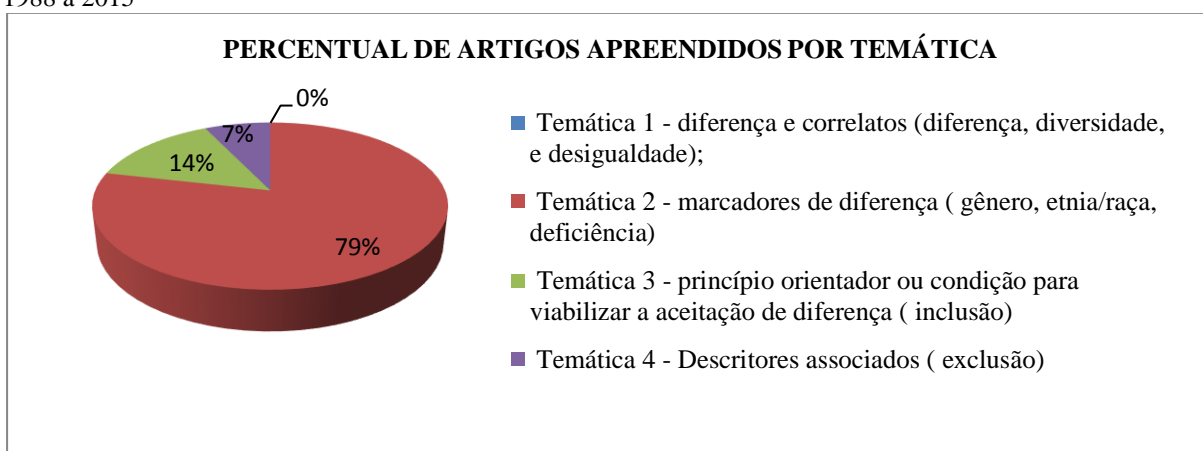
Ainda segundo Bracht et al (2011) a revista Pensar a Prática, é o periódico que se apresenta como um espaço fortemente vinculado à temática Educação Física escolar com (26,4%) do total de artigos publicados, foi o periódico que apresentou o maior volume percentual de publicações como temática, a RBCE, em termos absolutos, foi a que teve mais artigos publicados nas três últimas décadas e a RM ficou entre as quatro mais bem colocadas

depois da RPP.(BRACHT et, al. 2011) esses resultados coincidem com os resultados apreendidos por Souza(2014) na RPP.

No entanto ao analisar o percentual de artigos selecionados nesses periódicos que tratam as diferenças na Educação Física escolar os resultados da RPP, RM e RBCE se aproximam a primeira com 14, a segunda com 12 e RBCE com nove artigos selecionados.

Ainda em relação a percentuais o gráfico abaixo trás o percentual de artigos apreendidos por temática apreendidos na RM.

Gráfico 5 - Artigos sobre Educação Física escolar: percentual por temáticas relacionadas à diferença RM de 1988 a 2015



Ao analisar os resultados por temáticas observa-se que a temática dois na qual encontra os descritores “marcadores de diferenças”: gênero, etnia/raça, deficiência foi a que apresentou o maior percentual, representando 79% de toda a amostra. Na RPP e na RBCE a Temática três – princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação de diferença com o descritor inclusão, foi a temática com maior números de artigos apreendidos. Representando na RPP 50% e na RBCE 100% de toda amostra sendo oito artigos com o descritor inclusão e um com o descritor equidade.

Para dar continuidade a análise, nesse momento o objetivo foi identificar as regiões geográficas que mais vem tratando do debate sobre diferenças e diferenças na EFE nos anos de 1988 a 2015 na RM. Não é apontada a instituições de origem dos autores de cada artigo, mas a instituição do qual origina o trabalho. Esta análise possibilita descobrir em quais regiões geográficas mais tem se discutido e debatido sobre diferenças no âmbito da Educação Física escolar.

Foi realizado um mapeamento específico, somente com os artigos que tratam de diferença na EFE. A tabela oito expressa a quantidade total de artigos que tratam de diferenças pela origem institucional distribuídos em regiões geográficas no Brasil.

Tabela 5– Regiões identificadas nos artigos que abordam temáticas da diferença direcionada para Educação Física Escolar na Revista Motrivivência de 1988 a 2015

REGIÃO	INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO
SUL	Universidade Federal de Santa Catarina	03
	Universidade Federal do Paraná	01
	Universidade Estadual de Maringá	01
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01
SUDESTE	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	01
NORDESTE	Universidade Federal da Bahia	01
	Universidade do Estado da Bahia	01
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	01
	Universidade Federal do Maranhão	01
	Universidade Federal de Fortaleza	01

As regiões que apresentaram o maior número de artigos publicados, foi a região Sul com o total de seis artigos, seguida da região Nordeste com cinco e por último a região sudeste com um artigo publicado. Na RBCE segundo Vilarinho Neto, Castro e Moura (2015) foram identificados quatro artigos na região Sul, quatro artigos na região Sudeste e apenas um na região Centro-Oeste. Já na RPP segundo Camila (2014) a região Sudeste apresentou sete artigos, a região centro oeste com cinco artigos, a região sul somou quatro artigos e no exterior somente um artigo.

Somando o total de artigos apreendidos dos três periódicos por região o resultado é o seguinte: Região sul com 14 artigos, 12 artigos na região Sudeste e região Centro-Oeste com seis e a região Nordeste com cinco artigos. Esse resultado indica que a Região sul provavelmente é a região que mais tem contribuído no debate e na discussão da questão das diferenças relacionado a Educação Física Escolar.

Para analisar a titulação dos autores dos artigos que abordam a temática da diferença na EFE, o quadro abaixo traz essas divisões.

Tabela 6- Quantidade de autores por titulação nos artigos que abordam a temática da diferença direcionada para Educação Física Escolar na RM de 1988 a 2015

TITULAÇÃO DOS AUTORES	GRADUANDO	LICENCIADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR	PÓS DOUTOR ADO
	7	7	1	7	2	2

O Total de autores foi de 27, a maioria dos trabalhos foi escrito por homens licenciados e mestres. Nota-se que existe um número muito maior de autores se comparado ao total de artigos. Ocorre que grande parte dos trabalhos possui mais de dois autores, ou seja, autores e co-autores. Foi identificado o mesmo número de autores licenciados, graduando e

mestres com sete artigos, doutores com dois, especialista com um e pós-doutorado com dois artigos publicados. Somando o total de autores, é possível constatar que cada trabalho foi produzido por uma média de dois autores. A maioria dos mestres e licenciados são do sexo masculino enquanto que a maioria dos graduandos são do sexo feminino. Ao verificar a divisão temporal das titulações é possível afirmar que de 1990 até 1999 os trabalhos apreendidos foram de autoria de dois licenciados. De 2000 a 2014 teve trabalhos de autoria de sete mestres, dois doutores e três pós-doutores, sete graduandos e cinco licenciados e um especialista. Em 2004 teve um artigo de autoria de um pós-graduado e dois artigos em 2012, o maior número de artigos produzido por mestres foi entre 2000 a 2004, entre 2008 a 2013 se concentrou os trabalhos dos graduandos.

Na RBCE segundo Vilarinho Neto, Castro e Moura (2015) dos 19 autores 17 deles são mestres e doutores, enquanto 02 deles são licenciados, não foi encontrado nenhum com a titulação de especialista a maioria dos trabalhos foi escrito por mulheres que possuem o título de doutora. Já na RPP dos 39 autores 30 são mestres e doutores, e o número de autores especialistas e licenciados é consideravelmente baixo.

Na RPP e RBCE a maioria dos autores dos artigos apreendidos possuem título de mestre e doutor enquanto na RM houve a mesma quantidade de autores mestres, licenciados e graduandos.

A RM consolidou junto à comunidade acadêmica por ser, desde seu início, uma revista diferenciada, aberta, científica, estética e de circulação que alcançava iniciantes (graduação) e iniciados (pós-graduação), além da formação continuada. (SILVA e PIRES, 2014). Possivelmente esse fato contribuiu para que a revista tenha entre os autores de seus manuscritos uma diversificação, mantendo assim um considerável número de graduandos, mestres, licenciados além de contar com a contribuição de especialistas, doutores e pós-doutores.

O seu projeto editorial mantém seu compromisso com a formação de pesquisadores do campo crítico-social, priorizando enfoques e reflexão sobre a dinâmica sociocultural, tais como políticas públicas, programas sociais, escola, esporte e lazer. Mantendo uma forte tradição no âmbito das ciências humanas e sociais. (SILVA e PIRES, 2014).

De certo modo esse fato justifica as áreas de titulação dos autores acima citados, grande parte possui formação nas ciências sociais e humanas, especificamente na Educação, Antropologia, sociologia e Educação Física.

4.2 - PERFIS DAS PESQUISAS SOBRE DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Nessa etapa, o objetivo é apresentar de forma quantitativa -qualitativa, o perfil dos 12 textos selecionados que tratam sobre diferença na Educação Física Escolar. Verificam-se abaixo os objetivos das pesquisas e as categorias temáticas; a vinculação dos descritores às categorias temáticas; os tipos de pesquisa e as metodologias de pesquisa utilizadas.

Com o levantamento verificou-se que todos os 12 artigos analisados continham objetivo geral, mas apenas um artigo possuía objetivo específico. O quadro seis traz a exposição dos objetivos de cada artigo, assim como a organização deles nas suas respectivas categorias temáticas e a quantidade de artigos presentes nessas categorias.

Quadro 6 -Categorias temáticas e objetivos gerais dos artigos que tratam de diferença na Educação Física escolar na RM de 1988 a 2015

TEMÁTICA ESTRUTURANTE DA DIFERENÇA	CATEGORIAS TEMÁTICAS	DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS	ARTIGOS POR TEMÁTICA
Marcadores de diferenças	Formação inicial e continuada de professores de EF.	Objetivo geral: [...] Identificar o perfil dos professores de educação física que atuam no ambiente escolar na modalidade de educação especial, no que tange à formação inicial e continuada relacionada às pessoas com deficiência[...] (FRANK, et al, 2013, p.40)	1
	Pesquisas sobre Questões Raciais na cultura lúdica e no campo da Educação Física Escolar	Objetivo geral: [...]Investigar e reunir possíveis registros e bibliografias acerca da história da cultura lúdica das crianças negras em Santa Catarina[...] (MARIA, SILVA, 2004, p. 191)	2
		Objetivo geral:O presente texto faz uma apresentação sobre a moderna teoria científica racista na sociedade francesa entre o final do século XVII até o século XIX. O intuito é relativizar este conhecimento com professores e educadores que atuam no ensino e na pesquisa cujo campo de investigação seja a educação física.(JESUS, 2008,p.169)	
	Separação de meninos e meninas em aulas de Educação Física	Objetivo geral:[...]Investigar a participação de meninos e meninas como beneficiários e beneficiárias em projetos sociais de políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis (SC).(SILVESTRIN, SARAIVA, 2012, p. 76	1
Percepção de docentes sobre separação por sexo nas aulas de	Objetivo geral: [...] Problematizar a separação de meninos e meninas na educação física escolar na tentativa de compreender quais argumentos e justificativas eram rearranjados,	2	

	Educação Física, bem como sobre a produção de comportamentos generificados nas aulas de EF	<p>mobilizados e engendrados na sustentação dessa prática, especialmente aqueles ligados a corpo e gênero. (DORNELLES, 2011, p.13)</p> <p>Objetivo geral:[...] Detectar como os (as) docentes percebem os comportamentos generificados, produzidos nas aulas de educação física. (MORAIS E SILVA, CESAR, 2012,p.102)</p>	
	Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas	Objetivo geral: [...] Observar jogadoras de futebol e suas auto-representações, como elas veem a participação das mulheres no futebol e se as escolas incentivam a prática dessa atividade, verificando questões de gênero. (FURLAN, 2009, p. 29)	
	Metodologia do uso de jogos, brinquedos e brincadeiras em prol do respeito a diversidade	Objetivo geral:[...](a)apresentar uma reflexão sobre a escola, a educação, a educação física (ef) e as relações de gênero; (b)divulgar os resultados de uma pesquisa que investigou a experiência de jogos, brinquedos e brincadeiras; (c)discutir os resultados sob a luz do multiculturalismo, priorizando a categoria gênero; e (d)demonstrar uma metodologia para o ensino de jogos e brincadeiras nas aulas de ef que vem desenvolvendo a consciência e o respeito ao pluralismo e a diversidade cultural.(CUNHA JÚNIOR, 1996, P. 236)	1
	Relações de gênero no âmbito da Educação e do lazer	Objetivo geral: discutir a educação e o lazer como um campo espaço-temporal de vivências lúdicas e de produção de sentido.(RIOS LEIRO, 2002, p.01)	1
Princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação de diferença	Política pública de inclusão social	Objetivo geral:[...]Descrever e analisar o programa estadual de esporte escolar, inserido no contexto de uma escola pública estadual, localizada e uma Comunidade Predominantemente de classe popular. (GASPAR, 2004, p. 103)	1
	Lúdico como possibilidade de inclusão	Objetivo geral:[...] Objetiva demonstrar que o lúdico, enquanto atividade imaginativa e criativa, e desprezado no interior da escola.[...] (SOUZA, 1996, p.339)	1
Descritores associados	Exclusão nas aulas de Educação Física	O objetivo do estudo foi identificar,descrever e interpretar atitudes de exclusão existentes nas aulas deEducação Física e os aspectos que as propiciam.(TEXEIRA, 2009, p. 336)	1

A temática estruturante “Marcadores de diferença” foi a que apresentou o maior número de categorias temáticas somando um total de sete dentre elas o descritor gênero apresentou cinco categorias temáticas relacionadas, correspondendo a 50% do total de temáticas, com descritor inclusão houve duas relacionadas, uma relacionada à deficiência, uma a Etnia/raça e uma sobre exclusão. Somando o total de 10 temáticas produzidas a partir dos objetivos dos artigos.

Investigou-se também o tipo de pesquisa utilizada em cada artigo. A tabela 10 revela a quantidade de artigo por tipo de pesquisa.

Quadro 7–Classificação das pesquisas que tratam diferença e EFE na Revista motrivivência

TEMÁTICA ESTRUTURANTE DA DIFERENÇA	TIPOS DE PESQUISA	QUANTIDADE DE ARTIGOS POR TIPO DE PESQUISA
Marcadores de diferenças (gênero, etnia, raça, meninos (as), deficiência)	Pesquisa documental	1
	Pesquisa experimental	-
	Pesquisa bibliográfica	2
	Pesquisa não experimental	5
Princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação de diferença (Inclusão)	Pesquisa documental	-
	Pesquisa experimental	-
	Pesquisa bibliográfica	1
	Pesquisa não experimental	1
Descritores associados(exclusão)	Pesquisa não experimental	1

A delimitação da tipologia das pesquisas citado no quadro acima segue de acordo com a delimitação proposta por Autores A. (s/a): “Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Pesquisa Experimental (realizada no laboratório ou no campo) e Pesquisa Não Experimental (realizada no campo)”.

Na distribuição acima na temática estruturante “marcadores de diferenças foi identificada duas pesquisas bibliográficas, uma documental e cinco não experimental.

A pesquisa não experimental abrangeas pesquisas denominadas genericamente por alguns autores com “pesquisa de campo”, ou seja, pesquisas realizadas no campo no qual abrange:(estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisaparticipante, pesquisa-ação, história oral, história de vida, grupo focal e relato de experiência. (AUTORES, s/as/p).

Ainda segundo Autores (s/a, s/p) As pesquisas não experimental (de Campo) se caracterizam pela coleta de dados em ambientes não controlados, ou pouco controlados. Ainda segundo os autores, apesar de concordarem que o termo pesquisa de campo não é muito adequado para definir um tipo de pesquisa, esse termo é ainda muito utilizado nas diversas áreas do conhecimento científico.

Foi realizado também um levantamento sobre as técnicas de coleta de dados (observação, entrevista e questionário), dois artigos utilizaram observações com registro em diário de campo, quatro artigos utilizaram entrevistas, sendo uma delas semi-estruturada, três

artigos usaram questionários, sendo que um deles mencionou o questionário aberto. Ainda houve três artigos que não trouxeram informação. Entre os 12 artigos analisados, oito dos artigos não informaram o tipo de análise utilizada, os demais artigos a análise de conteúdo.

Na RPP a maioria dos artigos apreendidos teve como tipo de pesquisa, a pesquisa etnográfica, cinco artigos não trouxeram esta informação, três artigos foram caracterizados por pesquisa de campo.

Pode-se concluir que a maioria dos artigos apreendidos tanto na RM quanto na RBCE adotaram como procedimentos técnicos, as pesquisas não experimentais.

4.3 - ANÁLISE DOS DESCRITORES QUE COMPOEM AS TEMÁTICAS ESTRUTURANTES SOBRE DIFERENÇA NOS ARTIGOS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REVISTA MOTRIVIVENCIA, DE 1988 A 2015.

Para analisar cada um dos descritores selecionados, foi organizada a exposição a partir das temáticas que estruturam a discussão sobre diferença, a saber: temática: 1 - diferença e correlatos (com os seguintes descritores: diferença, diversidade, e desigualdade); temática 2 – marcadores de diferença (descritores: gênero, etnia, raça, deficiência, dentre outros); temática 3 - princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação de diferença (descritores: igualdade, inclusão, equidade, integração, dentre outros).

Para identificar os conceitos dos descritores apresentado pelos autores e expressos nos artigos que tratam de diferença na Educação Física escolar, utilizou-se um quadro de análise composto pelas temáticas estruturante - 2 e seus respectivos descritores organizados a partir das categorias temáticas, com isso a partir do recorte dos conceitos mencionado por cada autor foi estabelecidos categorias de análise.

Como não foi localizado e selecionado nenhum artigo na temática – 1, inicia-se no quadro a baixo à exposição em torno das temáticas - 2.

Quadro 8–Análise das categorias temáticas a partir da temática estruturante dois dos artigos selecionados

TEMÁTICA ESTRUTURANTE 2 – MARCADORES DE DIFERENÇAS	
CATEGORIA DE ANÁLISE - DESCRITOR GÊNERO	
Categoria temática	Unidades de Texto

<p>Percepção de docentes sobre separação por sexo nas aulas de Educação Física, bem como sobre a produção de comportamentos generificados nas aulas de EF</p>	<p>[...] A Educação Física e o mundo dos esportes através de seus símbolos, códigos e normas reproduzem a lógica binária de gênero. Nesse contexto denominado Educação Física as masculinidades ganham destaque, visto que essas diversas características generificadas se baseiam num modelo que tem o masculino como exemplo a ser seguido. (DEVIDE, 2005 apud SILVA; CESAR, 2012, p. 101-102).</p> <p>[...] as práticas esportivas são uma das maiores produtoras das masculinidades hegemônicas na sociedade contemporânea, pois adjetivos considerados masculinos como agressividade, competitividade e força física são exigidos para a prática de várias modalidades esportivas[...] (SABO, 2002;CONNELL, 2003 apud SILVA; CESAR, 2012, p. 105-106)</p> <p>“Gênero e sexualidade se sobrepõem de forma perigosa, como se ao se definir como homossexual, o aluno deixasse de ser homem. Nessa lógica, a distinção entre gênero e sexualidade nem sempre é demarcada”. (DORNELLES, 2011, p.26)</p> <p>“[...] problematizar a divisão que se constitui com base na naturalização de representações de feminilidade e masculinidade produzidas no âmbito da Educação Física na escola.Essencializar as marcas corporais atribuindo-lhes a determinação de como viver e ser masculino e feminino é significar que os destinos de meninos e meninas não são culturais, sociais e históricos, e sim definições naturais. (DORNELLES, 2011, p.27)</p>
<p>Separação de meninos e meninas em aulas de Educação Física</p>	<p>“[...] relações de gênero, segundo Scott (1990), e a distinção de valores entre as características atribuídas a cada sexo estabeleceu uma relação de poder de um sexo sobre o outro. (SILVESTRIN E SARAIVA, 2012, p.76)</p> <p>[...] conceito de gênero, uma categoria analítica que explica como as relações entre homens e mulheres se articulam e como são naturalizadas pela constância da prática e do discurso (SCOTT, 1990 apudSILVESTRIN e SARAIVA 2012, p.76)</p> <p>[...] a igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” Para (Scott 2005, p.15 apud SILVESTRIN e SARAIVA 2012, p.77).</p> <p>[...] a autora defende a desconstrução da oposição binária “igualdade/diferença”, pois não podemos optar de uma vez por todas pela igualdade ou pela diferença, visto que somos iguais enquanto seres humanos e diferentes quanto ao sexo. Dessa forma, acredita-se válida a busca de equidade de gênero, que implica afirmar a igualdade de direitos e oportunidades. ”(SCOTT, 1999 apud SILVESTRIN e SARAIVA 2012, p.77)</p>
<p>Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas</p>	<p>O gênero, ao enfatizar o caráter fundamentalmente social das divisões baseadas no sexo, possibilita perceber as representações e apresentações das diferenças sexuais. Imbricadas nas diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres estão outras social e culturalmente construídas. (FURLAN; SANTOS, 2012, p.32),</p> <p>[...] A epistemologia feminista interroga a ciência, cria o conceito de gênero para pensar as relações sociais e abre o campo para pesquisas históricas onde o sujeito feminino não está invisibilizado, ignorado(GOELLNER, 2007b apud FURLAN;SANTOS, 2012, p.31).</p> <p>[...] que a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas teve como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito. (LOURO, 2007B apud FURLAN;SANTOS, 2012,p.31).</p> <p>O saber reconhecia o universal como masculino; o feminino, quando considerado, constituía o exemplo do desviante, reafirmando o senso comum de inferioridade e subordinação do sexo feminino. “O argumento de que os homens e mulheres são biologicamente distintos e que as relações entre ambos decorrem dessa distinção”serviu e serve para justificar a desigualdade social. (LOURO, 2007a, p.20 apud FURLAN;SANTOS, 2012,p.31)</p>

<p>Metodologia do uso de jogos, brinquedos e brincadeiras em prol do respeito a diversidade</p>	<p>[...] gênero como processos sociais, culturais e psicológicos que constroem e/ou reproduzem a feminilidade e a masculinidade [...] BilaSorj (1992), o gênero, diferentemente do sexo, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. Além disso, é uma categoria fundamental já que "envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo as mulheres uma posição subalterna na organização social" (ibid., p.16). [...](CUNHA JUNIOR, 1996,p.239)</p> <p>[...] O gênero, compreendido fundamentalmente a partir de elementos socioculturais, também apresenta em seu Bojo, a influência da esfera biológica.[...] (CUNHA JUNIOR, 1996, p.239)</p>
<p>Relações de gênero no âmbito da Educação e do lazer</p>	<p>[...] Gênero enquanto "relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e como forma primeira de "significar as relações de poder" (SCOTT, 1992, p.14 apud RIOS LEIRO, 2002, p.6)</p> <p>[...] Reconhecer que "diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações" e, assim sendo, precisa ter seus estudos específicos impulsionados e estimulados. (SORJ, 1992, p.15 apud RIOS LEIRO, 2002, p.10)</p> <p>Gênero com "um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens" (Saffioti, 1992, p.211 apud RIOS LEIRO 2002, p.7)</p>
<p>Exclusão nas aulas de Educação Física</p>	<p>"(...) formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade." Segundo essa definição a relação de gênero existente naquele contexto era de submissão feminina à superioridade masculina. Superioridade imposta pelas capacidades físicas dos alunos. Não é demais dizer que essa submissão continuará a ser exercida na vida adulta se continuar a ser motivada. (GROSSI, 1998, p. 04 apud TEXEIRA, 2009, p.339)</p> <p>Devreux (2005) denomina esse aspecto como hierarquização de sexo e comenta que ela é socialmente influenciada desde a concepção de uma criança na qual sempre existirá uma dominação por parte dos homens. (DEVREUX, 2005 apud TEXEIRA, 2009, p.339)</p>
<p>DESCRITOR DE DEFICIÊNCIA</p>	
<p>Formação inicial e continuada de professores de EF</p>	<p>[...] Acredita-se que o contato com esta população faz-se muito importante ao longo da vivência acadêmica, a fim de que o acadêmico quebre as barreiras, preconceitos, crenças e medos enquanto futuros profissionais que possivelmente vivenciarão ao longo de sua trajetória docente a experiência com alunos com alguma deficiência, os quais certamente necessitarão de uma visão diferenciada para a correta aplicação de métodos pedagógicos visando à inclusão no contexto das aulas. (FRANK, STOCCO, BORELLA, STORCH, SCHONE, 2013, p.84)</p> <p>O propósito do docente de Educação Física nestas escolas é de identificar as necessidades e capacidades do aluno com deficiência, procurando atender às possibilidades e adaptações para o movimento, visando facilitar a independência, autonomia e a inserção no processo de inclusão sócio-escolar (, STOCCO, BORELLA, STORCH, SCHONE, 2013, p. 82 CIDADE e FREITAS, 1997)</p>
<p>DESCRITORES ETNIA/RAÇA</p>	

<p>Pesquisas sobre Questões Raciais na cultura lúdica e no campo da Educação Física Escolar</p>	<p>Em relação a relevância deste tema para a escola, concordo com Mananga (2000, pg. 25), quando o mesmo afirma que, todos os preconceitos e discriminações que permeiam a sociedade brasileira são encontrados na escola, cujo papel deve ser de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito. Mas na prática, ela acaba reforçando o racismo. (MARIA e SILVA, 2004, p.194)</p> <p>A falta de valorização e de conhecimento sobre a nossa cultura primeira, como brasileiros descendentes, comprovadamente tem contribuído para a perpetuação da discriminação racial, que é uma das grandes responsáveis pelo afastamento de crianças negras das instituições de ensino. (MARIA e SILVA, 2004, p.194)</p> <p>Uma das primeiras conclusões que obtive, foi poder afirmar baseado nos fatos que, historicamente, a condição racial e social das crianças negras a restringiu, em todos os sentidos, de expressarem-se livremente e de forma lúdica, em suas brincadeiras. A causa desse fator, é que sua cultura lúdica foi sempre constituída e moldada através de parâmetros de repressão, violência, castigos e sofrimentos. (MARIA e SILVA, 2004, p.212)</p> <p>Racismo é uma prática excludente, enquanto o racismo se apresenta como teoria produzida a partir de diferenças constatadas. Tais diferenças apresentam-se no campo biológico, cultural, lingüístico e nos limites entre identidade e diferença. (TODOROV, 1993 apud JESUS, 2008, p. 174).</p>
	<p>A questão do racismo está principalmente inserida no campo de discussões sobre identidade e da diversidade humana, presentes nas teorias pedagógicas do multiculturalismo crítico defendida por Peter McLaren e pela corrente progressista de Snyders (SILVA, 2005 apud JESUS, 2008, p182).</p> <p>A análise feita pelo pensamento francês sobre a diversidade humana provocou o aparecimento do racismo científico, que afirmou a existência de uma hierarquia humana com base biológica, hierarquia esta que tem uma suposta analogia com a produção cultural dos diferentes grupos. (JESUS, 2008, p182)</p>

Ao analisar cada um dos descritores selecionados, a partir das temáticas que estruturam a discussão sobre diferença, a temática 2 – marcadores de diferença com os descritores: gênero, etnia, raça, deficiência foi possível dividir os textos analisados em sete categorias temáticas. O descritor gênero foi o descritor que apresentou o maior número de categorias temáticas somando cinco. O descritor etnia/raça apresentou uma categoria temática e o descritor deficiência apresentou apenas uma categoria temática.

A partir do recorte dos conceitos mencionado por cada autor do qual foi estabelecido categorias de análise, foi possível apreender os vários conceitos apontados nos textos analisados. Ao iniciar a análise do descritor gênero, é necessário ressaltar que [...] gênero é uma categoria empírica e histórica e, como tal, pode ser usado como uma categoria analítica. Apreendido da realidade empírica, ele expressa as relações históricas e as formas de existência da realidade social. (ARAÚJO, 2005, p 44). E ainda segundo a autora, [...] “o conceito de gênero pode ser utilizado como uma categoria política para analisar a questão da igualdade e

da diferença, apontando para uma nova perspectiva de interpretação e transformação da realidade social.” (ARAÚJO, 2005, p 44).

De acordo com Sarti (2004), no Brasil os movimentos feministas da década de 1970 abriu espaço tanto para a discussão em relação a identidade de gênero no que se refere a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desconstruindo a noção naturalizada do papel social da mulher consolidada ao longo da história.

Até o final de 1990, os estudos de gênero se estruturam em duas correntes principais: a Marxista, preocupada com as relação às desigualdades sociais, especificamente na opressão de classe entre homens e mulheres e a Culturalista, que tem investigado a diversidade cultural e as múltiplas identidades como temas centrais, recebendo influência de teóricos como Michel Foucault. (LUIZ JÚNIOR, 2003 apud DEVIDE, 2011)

A partir início do século XXI a corrente Pós-estruturalista passa a ser identificada na produção teórica da EF, ampliando a discussão da área [...] (LUIZ JÚNIOR, 2003 apud DEVIDE et al, 2011). Tal corrente questiona o caráter heterossexual do conceito de gênero, possibilitando o conhecimento de uma masculinidade e feminilidade “plurais”, contestando a noção de identidades hegemônicas. (LUIZ JÚNIOR, 2003 apud DEVIDE, et al, 2011, p. 95)

Essas três correntes foram evidenciadas na produção acadêmica da RM apreendida sobre gênero relacionada a Educação Física escolar. Foi possível também identificar a preocupação das pesquisas, em abordar aspectos relacionados com os papéis sociais e estereótipos, e a dominação masculina. Alguns desses estudos constataram o esporte como reforçador do sexismo²,

Três estudos dentre os que abordaram a temática gênero na Educação Física escolar problematizam a questão da forma como a Educação Física e o esporte ainda produzem/reproduzem a opressão e a segregação dos alunos (as) nas aulas. A questão do sexismo aparece com maior frequência nos estudos dos quais demonstram a necessidade de elaborar maneiras de conduzir o processo de ensino-aprendizagem e sugerirem mudanças, mas não apontam alternativas que poderiam contribuir efetivamente na superação dos sexismo nas aulas de Educação Física escolar.

O estudo de Dornelles (2011) aponta a confusão conceitual que existe por parte de professores (as) e alunos (as) pesquisados quando é abordada concepções de gênero. Essa

² Termo utilizado para expressar preconceito, discriminação e violência, com base no sexo e no gênero, sobretudo em relação às mulheres, mas também para os homens. Manifesta-se, por exemplo, cada vez que se inferiorizam mulheres/homens apenas em função de serem mulheres/homem. (GOELLNER et al, 2009, p.14)

indefinição conceitual acarreta equívocos que por sua vez acentua ainda mais preconceitos e discriminações. A confusão maior é entre gênero, identidade de gênero, sexo e identidade sexual, que muitas vezes são igualados e utilizados como sinônimos. Segundo Goellner (2009), “sexo é o termo que serve para descrever as características anatômicas e fisiológicas que diferenciam homens e mulheres. Ainda que essas distinções sejam dadas no nascimento o significado atribuído a elas é cultural e histórico, como se vê nas expressões belo sexo, sexo fraco e sexo forte.” (GOELLNER, et al, 2009, p. 14),

A identidade de gênero e identidade sexual refere-se há como os sujeitos se identificam. A identidade de gênero pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Já a identidade sexual trata-se de uma construção através da qual os sujeitos vivenciam seus desejos, afetos, prazeres corporais com parceiros (as) do mesmo sexo do sexo oposto, de ambos sexos, ou sozinhos. A identidade sexual não é fixa e nem imutável. A pessoa pode apresentar uma identidade heterossexual em um determinado momento de sua vida e em outro momento apresentar uma identidade bissexual ou até homossexual. (GOELLNER, et al, 2009).

Os conceitos de gênero citados na maioria dos estudos selecionados, apontaram gênero como uma construção social, fundamentada nas diferenças percebidas entre os sexos, seguindo uma lógica binária construída historicamente em que se estabelece uma relação de poder do masculino sobre o feminino.

O estudo de Louro, Furlan e Santos (2012) apontou a necessidade da desconstrução da oposição binária de gênero para que haja um movimento de busca de uma equidade de gênero, haja vista que buscar uma equidade de gênero é garantir o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, mas também garantir esses direitos aos grupos historicamente discriminados, com isso eliminar as situações de preconceito e discriminações sofridas por esses grupos ao longo da história.

A naturalização do binário (feminino/masculino) desconsidera o gênero como processo social, cultural e histórico fazendo com que todos que não se enquadram como feminino ou masculino se sintam excluídos/ diferentes.

Para que haver a desconstrução da oposição binário feminino/ masculino é necessário a desconstrução do binário igualdade/diferença. Haja vista que a igualdade não elimina a diferença e a diferença não impede a igualdade. Desconstruída essa oposição, será possível não só dizer que os seres humanos nascem iguais mas diferentes, como também sustentar que a igualdade reside na diferença. (ARAÚJO, 2005). As diferenças entre homens e mulheres não pode ser reduzida a categoria macho/ fêmea, pois dessa forma oculta as diferenças

nocomportamento, no caráter, no desejo, na subjetividade, na sexualidade, na identificação de gênero e na experiência histórica (ARAÚJO, 2005). Ainda segundo Araújo (2005) existe uma enorme diversidade de identidades de mulheres e homens, que supera essa classificação masculino/feminino.

O estudo de Cunha Junior (1996) sobre jogos, brincadeiras e brinquedos o autor indicou como um de seus objetivos específicos: demonstrar uma metodologia para o ensino de jogos e brincadeiras nas aulas de educação física no qual ele vem desenvolvendo a consciência e o respeito ao pluralismo e a diversidade cultural. O autor relata sua experiência de trabalhar durante dois anos os jogos e brincadeiras utilizando, a partir de uma perspectiva multiculturalista, uma pedagogia culturalmente responsável, que ainda segundo o autor, “[...] tem como meta principal considerar e enfrentar as necessidades e os problemas dos grupos minoritários nas escolas. Assim, além de desconstruir juntamente com as crianças os preconceitos e as discriminações relativos a classe social e a raça talvez esteja alcançando bons resultados com as relações de gênero[...]” (CUNHA JUNIOR, 1996, p. 243).

Considerando que a análise foi realizada com uma pequena amostragem diante da grande produção sobre gênero na Educação Física, é possível constatar que diferentemente da constatação Goellner (2001) apud Devide (2001) afirma que “Os Estudos de Gênero na EF ainda estão em construção, apresentando equívocos de ordem epistemológica, analítica, conceitual e política, não retratando a produção acadêmica da área, nem se referindo ao gênero como construto social, cultural, histórico e relacional.” (GOELLNER, 2001, 2005 apud DEVIDE, 2001, p. 96). Os estudos sobre gênero apreendidos na RM a grande parte referem-se ao gênero como uma construção social, cultural, histórica e relacional.

Portanto conclui-se que apesar da grande parte dos estudos não apontarem alternativas efetivas relacionadas às metodologias de ensino da Educação Física escolar que possibilitem a superação das problemáticas do tratamento das diferenças dentro da temática gênero, os estudos trazem grande contribuição ao constatarem a realidade da Educação Física escolar, uma realidade de dificuldades dos professores lidarem com as problemáticas relacionadas com o trato das diferenças durante as aulas de Educação Física, apontando os obstáculos que esse campo tem por superar, haja vista que através do conhecimento da realidade que é possível avançar.

O estudo com descritora deficiência os autores (as) apontam para a necessidade, dos professores (as) de Educação Física que atuam na modalidade de Educação Especial, de buscarem uma formação continuada, aperfeiçoando seus conhecimentos através de palestras, seminários, congressos e outros. Segundo os autores (as) Franketal (2013) a formação

continuada é uma das formas de promover uma inclusão sócio-escolar das pessoas com deficiências.

Já os dois estudos sobre Etnia/raça problematizam a questão do racismo, com a categoria temática “Pesquisas sobre Questões Raciais na cultura lúdica e no campo da Educação Física Escolar” O estudo de Maria e Silva (2004) numa perspectiva materialista histórico – dialética investigou a história dos jogos e brincadeiras das crianças negras de Santa Catarina e revela as formas ocultas de opressão e discriminação que crianças negras foram submetidas ao longo da história. Os autores constataam que “[...] Historicamente a condição racial e social das crianças negras à restringiu, em todos os sentidos, de expressarem-se livremente e de forma lúdica, em suas brincadeiras. A causa desse fator, é que sua cultura lúdica foi sempre constituída e moldada através de parâmetros de repressão, violência, castigos e sofrimentos.[...]” (MARIA e SILVA, 2004, p.212).

Uma das formas apresentada pelos autores para tentar superar essa condição em que as crianças negras ainda são submetidas é através do conhecimento e a valorização das várias culturas, o que contribuirá na luta e superação das formas de discriminação e opressão de uma raça/etnia sobre a outra. Os autores enfatizam ainda a contribuição em trabalhar esses jogos e brincadeiras nas aulas, depois de resgatado seus significados e contextualizado na história, já que as brincadeiras e jogos eram carregados de representações da época e conseqüentemente do preconceito racial e social.(MARIA e SILVA, 2004).

Referente aos termos raça/etnia os autores utilizam os dois termos ao mesmo tempo uma vez que se referem a esses termos de forma ampla, abrangendo aspectos biológicos que segundo Goellner et al (2009) são ligados a raça (cor da pele, formato do rosto e etc.) e etnia que estão geralmente relacionados aos aspectos culturais (tradições, práticas, ritos e etc.). Os dois estudos mencionam sobre a necessidade de debater na escola questões que são reproduzidas pela herança eurocêntrica dos conteúdos curriculares. Essa necessidade justifica-se pelo fato de que,

[...] até recentemente, as culturas afro-brasileira, africanas e indígenas estavam, de modo geral, ausentes nos currículos escolares, denunciando o comprometimento da educação escolar na manutenção das estruturas vigentes e com uma cultura e ideologia homogeneizadora, que tem historicamente negado e/ou silenciado expressões, culturas e conhecimentos dos afro-brasileiros e demais grupos socialmente desprotegidos da sociedade brasileira.(Kawakami, 2014, p.)

Ainda segundo Kawakami (2014) a Lei 10.639/03 alerta para a necessidade da reeducação para as relações étnico-raciais dentro e fora da escola. Para tal é preciso desconstruir o mito da igualdade racial e os estereótipos que desqualificam negros e

indígenas. Nesse sentido é necessário que o professor considere o contexto social no qual ele e seus alunos estão inseridos, para que seja possível o questionamento de certos discursos tão naturalizados e folclorizados. (GONÇALVES E SILVA, 2010, apud KAWAKAMI, 2014).

Contra a discriminação e o racismo, é imprescindível a desconstrução daqueles discursos que legitimam e sustentam as práticas racistas. (VIEIRA, 2003; SILVÉRIO 2002 apud KAWAKAMI, 2014), Essa desconstrução, segundo (MARIA E SILVA, 2004) só será possível através do conhecimento e a valorização das várias culturas.

Quadro 9-- Análise da categoria temática a partir da temática estruturante três dos artigos apreendidos

TEMÁTICA 3 - PRINCÍPIO ORIENTADOR OU CONDIÇÃO PARA VIABILIZAR A ACEITAÇÃO DE DIFERENÇA	
DESCRITOR INCLUSÃO	
Categoria temática	Unidades de Texto
Política pública e inclusão social	<p>[...] o fato de que através do esporte as desigualdades sociais desapareçam aparentemente colabora também para um certo abrandamento das contradições ou conflitos sociais, esta sensação de igualdade mascara as características do esporte quanto a disciplina, autoridade, concorrência, rendimento que são aspectos dominantes na sociedade capitalista industrial. (GASPAR, PICH E VAZ, 2004, p.111)</p> <p>É evidente que o esporte escolar aqui analisado traz consigo características e valores da sociedade capitalista, conforme Bracht (1997, p.107) para manter seus privilégios, necessita que sejam aceitos como normais e desejáveis determinados valores, como por exemplo a competição ou concorrência baseadas na idéia de igualdade de oportunidades o que leva ao culto do individualismo... fica claro esta intenção de construir através do esporte um sentimento de igualdade social o que de certa forma, seria um bálsamo a classe popular. [(GASPAR, PICH E VAZ, 2004, p.113)</p> <p>[...] discurso dos documentos que legitimam o programa, onde este se revela como sendo um programa de cunho sócio-educacional, com suas ações voltadas a inclusão, a não seletividade e a hipercompetitividade, possibilitando assim o desenvolvimento integral dos participantes. a tendência do programa em desenvolver atividades voltadas formação de equipes para a disputa de eventos esportivos municipais, gerando assim uma expectativa em seus participantes quanto a possíveis conquistas de caráter pessoal. (GASPAR, PICH E VAZ, 2004, p.113-114)</p>
Lúdico como possibilidade de inclusão	<p>A escola ainda é Lugar de exclusão, vigilância e punição. O controle corporal da criança, através de condutas comportamentais úteis ao sistema, caracteriza uma pratica dessa instituição. (SOUZA, 1996, p.340)</p> <p>Na busca da superação desta escola dominadora e excludente é fundamental e essencial que o educador considere toda a riqueza da cultura lúdica infantil, todo o repertorio corporal que a criança possui quando chega a escola, pois no brincar, no jogar, observa-se elementos de exploração da criatividade, de expressão e prazer. A criança que brinca fantasiasonha, aceita desafios e vislumbra possibilidades desenvolvimento. .(SOUZA, 1996, p.340-341)</p> <p>“[...] essa proposta é uma tentativa de se opor a escola que temos uniformizadora e excludora. Ao inverter o processo de aprendizagem, impondo valores e conteúdos universais sem partir da pratica social e cultural da criança, a escola desconsidera sua identidade e diferenças [...]” (SOUZA, 1996, p.341)</p>

Ao iniciar a abordagem da temática estruturante 3 - princípio orientador ou condição para viabilizar a aceitação de diferença com o descritor inclusão na categoria “Política pública e inclusão social” no estudo de Gaspar, Pich e Vaz (2004) é constatado pelos autores que dá forma com que o esporte é desenvolvido nas escolas pesquisadas, não promove de forma alguma a inclusão, pelo contrário acaba por reforçar as desigualdades e a exclusão dos alunos simplesmente pelo fato de que os projetos de inclusão através do esporte reproduzem dentro da escola os mesmos valores do sistema capitalista reforçando assim a exclusão dando a ilusão de igualdade social. Diante dessa constatação os autores declaram, “[...] não basta tomar conhecimento das pesquisas e fechar os olhos para a realidade dentro das escolas, estas devem ser vistas e utilizadas como um instrumento de transformação, sob pena de sermos considerados também culpados por nossa neutralidade.” (GASPAR, PICH E VAZ, 2004, p.115).

Na categoria temática “Lúdico como possibilidade de inclusão” no Estudo de Souza (1996) o autor afirma que o brincar e o jogar são atividades constituintes da formação humana, parte integrante do processo de desenvolvimento, portanto fundamentais na escola.

O autor enfatiza a necessidade de entender o lúdico como componente importante no desenvolvimento infantil, alertando para que professores de Educação Física, no qual se inclui, possam repensar a parcela de contribuições sobre a prática das aulas, geralmente caracterizadas pelo uso e abuso da desportivização precoce ou como recreação compensatória para o desgaste mental.

Ainda segundo o autor o brincar, as atividades lúdicas são inerentes ao ser humano, o autor acredita na “escola autônoma fundamentada na curiosidade, na ousadia, buscando dialogar com todas as culturas que se abrem as demais e, acima de tudo, numa escola que ofereça uma educação de equidade, procurando justiça e igualdade sem eliminar a diferença.” (SOUZA, 1996, p.346).

Em relação ao termo inclusão, em um primeiro momento, há impressão de que a palavra inclusão se referiria somente à inclusão do lúdico na escola, mas na verdade se pôde identificar que o termo inclusão assume uma dimensão mais ampla referindo-se a inclusão da própria criança na escola e na sociedade.[...] a emancipação do ser humano, como um ser histórico e que busca, a partir de suas raízes, transformar o mundo e ao mesmo tempo preservar sua identidade. [...](SOUZA, 1996, p.341)

A escola ao incluir o lúdico no seu processo educativo possibilita “[...] aproximar a escola da realidade da criança, proporcionando um ambiente mais atrativo, estimulante e significativo, definitivamente aceitando-a por inteiro” (SOUZA, 1996, p.341)

O autor através de um levantamento bibliográfico sobre a história dos jogos e brincadeiras e da ludicidade mostra através de estudos de autores da área, a relevância dessas atividades durante a infância e por esse motivo, afirma que a comunidade escolar não pode negar algo que é inerente ao desenvolvimento humano.

Os dois estudos que abordam a temática inclusão dentro do contexto escolar apontam a necessidade de mudanças, de um lado de Gaspar, Pich e Vaz (2004) propondo que as escolas juntamente com os professores de Educação Física atentem para a forma com que o esporte está sendo mascarado através dos programas estaduais e as políticas públicas no intuito de buscar talento dentro das escolas sem efetivar o compromisso assumido nos documentos oficiais. Enquanto que o estudo de Souza (1996) propõe mudanças na forma com que a escola interpreta as atividades lúdicas que por vezes acabam desprezando a potencialidade dessas atividades no desenvolvimento das crianças. No entanto os autores não propõem medidas efetivas que contribuam na superação da problemática.

Ao analisar as relações que se estabelecem entre diferenças, inclusão e diversidade nos diferentes textos apreendidos nos estudos apontaram, em sua grande maioria, a dificuldade que a Educação Física escolar tem para superar as práticas excludentes. As práticas de exclusão é uma prática que persiste ao longo de décadas nas aulas de Educação Física. Alguns estudos aqui analisados afirmam que a escola reflete os comportamentos sociais, por esse motivo é um local que pode ser evidenciado práticas de exclusão.

Embora muitos alunos(as) estejam incluídos nos espaços escolares, isto não significa que a escola em específico as aulas de Educação Física consiga garantir os direitos de igualdade, justiça, cidadania e respeito de forma satisfatória a esses alunos (as).

Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas na forma de se pensar o corpo. As práticas pedagógicas excludentes persistem no contexto das aulas de Educação Física. Seja pela naturalização dos papéis sociais, estereótipos tidos como ideais, conteúdos curriculares, sexismo, racismo e outras tantas práticas excludentes que são produzidas e reproduzidas no contexto escolar.

O campo da Educação Física foi por muito tempo lócus de produção e reprodução dessas injustiças, cabe também a essa área promover as mudanças estruturais tanto no campo das práticas pedagógicas quanto na produção do conhecimento, para que o conhecimento produzido sobre esta e outras temáticas dê suporte a elaboração de práticas inclusivas.

No entanto para que haja inclusão com igualdade de direitos, equidade de oportunidades e compreensão das diferenças é necessário que se diminua as desigualdades existentes entre classes sociais, dessa forma a inclusão constitui um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Mudar concepções já enraizadas é um grande desafio, sobretudo quando essas mudanças vão beneficiar as pessoas tidas como diferentes sobre tudo os grupos que foram historicamente marginalizados e excluídos.

A produção acadêmica da Educação Física poderá contribuir ao elaborar reflexões sobre as verdadeiras causas da exclusão, para que a inclusão que vem sendo praticada ao longo de décadas e décadas não sejam apenas um discurso com proclamação de políticas de valorização da diversidade e da igualdade, sem portanto problematizar os motivos principais que ocasionam a exclusão não só dos grupos historicamente excluídos, mas de todas as pessoas tidas como diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 728 manuscritos publicados na RM entre os anos de 1988 a 2015, foram apreendidos 27 artigos que apresentaram alguns dos descritores da pesquisa, dentre estes 27 artigos, 12 tratavam de diferenças na Educação Física escolar, dos quais 9 trataram da temática estruturante “ Marcadores de diferenças” com o descritor gênero com o maior número de artigos apreendidos que relacionava diferenças e EFE. As regiões geográficas que mais apreenderam o debate sobre as diferenças e Educação Física escolar, foram às regiões Sul e a região Nordeste. Verificou-se também que os autores que discutiam as diferenças 27% eram mestre, 27% Licenciados e 27% graduando.

Não foi apreendido nenhum artigos publicados na data de sua criação até 1995, só a partir de 1996 que foi verificado a publicação de artigos com descritores da pesquisa. Os três primeiros artigos apreendidos foram na edição de n ° 9: “O jogo e o brinquedo na Educação Física.”problematizaram a questão do brincar. Desses três artigos um foi excluído da amostra por se referir as diferenças do brincar ao longo da história, o termo “diferenças” aparece se tratando das diferenças do brincar. Os outros dois que entraram na amostra, um apresentou o lúdico como possibilidade de inclusão e o outro relacionava jogos e brincadeiras e as relações de gênero.

Dos estudos analisados na RM não foi encontrado nenhum estudo no qual as diferenças fossem abordadas como objeto de discussão conceitual. No entanto o trato das diferenças aparece sempre associado a outras temáticas como marcadores corporais de diferença (gênero, Etnia/raça, deficiências) e princípios orientadores para viabilizar a aceitação das diferenças (inclusão).

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa é possível afirmar que os estudos sobre gênero relacionado a Educação Física escolar representaram mais de 50% de toda amostra apreendida, com cinco artigos apresentando o descritor gênero relacionado com EFE. E mais dois descritores, um exclusão e o outro meninas e meninos que também tratavam de estudos relacionados com gênero e Educação Física escolar. O maior número de artigos publicados sobre o tema foi em 2002, porém somente um fazia a relação de gênero e EFE. Os artigos apreendidos sobre gênero e Educação Física Escolar tiveram como temáticas: Estereótipos nas práticas corporais da EFE e no Esporte; O futebol e o sexismo; Projetos sociais e inclusão; Jogos e brincadeiras e relações de gênero; Relações de gênero e separação de meninas e meninos nas aulas.

De modo geral as abordagens das diferenças na produção teórica da RM buscaram estabelecer uma conexão direta entre a produção do conhecimento e as contribuições destas na sociedade e especificamente no campo acadêmico da Educação Física Brasileira.

Apesar dos estudos sobre diferenças e Educação Física escolar publicados na RM em sua grande maioria, não oferecerem ferramentas metodológicas para superar a problemática das questões relacionadas com o trato das diferenças nas aulas de Educação Física Escolar, esses estudos contribuem imensamente ao debater as diferenças dentro de uma perspectiva de superação das relações vigentes e apontando caminhos alternativos como possibilidades de mudanças.

As mudanças no sentido de garantir o direito a igualdade apenas com o reconhecimento e respeito das diferenças, de gênero, de etnia/raça, das pessoas com deficiências, nas escolas não são suficientes. Uma mudança substantiva deve acontecer muito além dos espaços escolares, haja vista que a tentativa de universalismo e homogeneização proposta pelas políticas educacionais nas últimas décadas já se mostraram incapazes de dar conta das demandas impostas pelas diferenças presentes no interior da escola e principalmente nas aulas de Educação Física. Na verdade vários estudos e documentos analisados apontaram a escola como locus privilegiado de exclusões e discriminações. [...] a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a uniformidade e a padronização. [...] (MOREIRA E CANDAU, 2006, p.103 apud BRASIL, 2013, p.65).

Diante disso o ponto de partida de mudança situa-se na compreensão de como o sistema vigente apresenta limites e possibilidades das lutas emancipatórias: emancipação de gênero, igualdade racial, saúde, paz e cidadania democrática. (WOOD, 2003).

As lutas por emancipação de gênero e igualdade racial são movimentos com identidades sociais específicas e tem pouca evidência de antagonismo ao sistema político e econômico vigente. O capitalismo é indiferente às identidades sociais que explora. A conquista desses grupos não erradica o sistema político e econômico produtor das desigualdades, mas servem para esconder as realidades estruturais do sistema e para dividir a classe trabalhadora. A exploração capitalista pode em princípio, ser conduzida sem preocupação com cor, raça, religião dentre outras opressões específicas. No entanto o sistema não poderia sobreviver à erradicação da exploração de classes. (WOOD, 2003).

Dessa forma é possível afirmar que, apenas a valorização das diferenças, não promove a inclusão, pelo contrário apenas disfarça o modo com que a sociedade segrega e exclui de forma substancial os grupos tidos como diferentes historicamente discriminados. A inclusão

pelo acesso a escola e não pela igualdade de meios para apropriação do conhecimento potencializa as desigualdades. As desigualdades de classe geradas pela dinâmica do capital, só serão erradicadas com superação da relação social que sustenta o capitalismo. Porém segundo Wood (2003), a erradicação das desigualdades de classe significa a própria extinção do sistema vigente.

Segundo Pina (2009), a compreensão das relações e seus efeitos na organização social tornam evidente o fato de que as diferenças humanas só podem ser efetivamente valorizadas quando as pessoas não forem mais submetidas à dominação imposta pelas relações sociais capitalistas.

Nesse sentido a produção teórica da RM sobre diferenças e Educação Física Escolar mostra caminhos e possibilidades de superação desse modo de produção vigente. No entanto sugere-se a produção de novos estudos que abordem a temática de forma conceitual e que busquem desenvolver estudos que dêem suporte para a construção de proposições didático-pedagógicas no intuito de superar as condições atuais do trato das diferenças nas aulas de Educação Física escolar.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M, F, Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psic. clin.* Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p.41 – 52, 2005.

ARROYO, M, G. Políticas educacionais e desigualdades: À procura de novos significados. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

AUTORES, A. BC. Metodologia da investigação científica: um olhar a partir de pesquisadores da educação física. IN: MIMEO. s/d, s/p

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos do CEDES*, Unicamp, Campinas, V. XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRACHT, Valter et al. A educação física escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 11-34, Ago. 2011. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/19280/13146>>. Acesso em: 27 Jan. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Leinº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: diversidade e inclusão**/ Organizado por Célia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997 Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

CUNHA JÚNIOR, C, F, F. Jogos, brinquedos e brincadeiras: Investigando relações de gênero na experiência de crianças do Colégio Pedro II. **Motrivivência**. n. 9, p. 236-245, jan. 1996. V b <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5839>>. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/5839>.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino em Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DESLANDES, S. F; MINAYO, C. S. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 26. ed. -Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

DEVIDE, F. P. et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. Motriz, Rio Claro, v.17 n.1 p.93-103, jan./mar.2011. doi: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2011v17n1p93>

FREITAS, M, C. **A miséria da educação física**. Campinas, SP, ed. Papyrus, 1991.

GOELLNER, S, V. et al. **Gênero e raça: Inclusão no esporte e lazer**. Porto Alegre: Ministério do Esporte e Gráfica da Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2009.

MIRANDA, M, G. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 639-651, Maio/Ago. 2005 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

PINA, L, D. As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da educação física. 2009. 164p. Dissertação (Pós – graduação em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PIRES, M, F, C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, v 12, n 2, p. 35-50, maio-agost. de 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: Polêmicas dos nossos tempos**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico – crítica: primeiras aproximações**. 8.ed. São Paulo: Autores associados, 2003.

SEVERINO, A, J. **Metodologia do trabalho científico** - 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M, R ;PIRES, G, L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Porto Alegre, v. 36, n.4, p.780789, Dez. 2014.<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132892014000400780&lng=en&nrm=iso>.Acessado em 14 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2014.11.012>.

SILVA, T.T.S. (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, C, C. Diferença e Educação Física escolar: análise do periódico científico Revista Pensar a Prática (FEFD-UFG) de 1998 a 213.2014. 98p. Monografia (Licenciatura em Educação Física) Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

TRIVIÑOS, A, N, S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILARINHO NETO, S. A questão da diferença na Educação Física: as concepções de Jocimar Daolio, Marcos Garcia Neira e Valter Bracht. 2012. 117p. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

VILARINHO NETO, S. Concepção de diferença na produção acadêmica da Educação *Física* brasileira. Projeto de pesquisa aprovado pelo PROLICEN/FEFD/UFG, 2014.

WOOD, E, M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

APÊNDICE 1 – LISTA DE ARTIGOS QUE TRATAM DE DIFERENÇAS NA REVISTA MOTRIVIVÊNCIA DE 1988 A 2015

Artigos não analisados na pesquisa

Artigos analisados na pesquisa

ARTIGOS SELECIONADOS POR TERMOS INDEXADOS			
ARTIGOS	AUTORES	VOLUME	DISPONÍVEL EM:
INCLUSÃO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS	Maria Helena Silveira Bonilla	Ano XXII, Nº 34 junho/2010	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135/15840 >. Acesso em: 08Jan.2015.doi: http://dx.doi.org/10.5007/17135 .
GÊNERO 3 - As masculinidades produzidas nas aulas de educação física: percepções docentes	<i>Marcelo Moraes e Silva</i> <i>Maria Rita de Assis Cesar</i>	Ano XXIV, Nº 39 - dezembro/2012	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n39p101/23396 >. Acesso em: 08 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p101 .
4 - ETIOLOGIAS DA ORIENTAÇÃO SEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA DO MOVIMENTO HUMANO/ETIOLOGIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL	<i>Fernando Luiz Cardoso</i>	Ano XX, Nº 30, - Jun./2008	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n30p197/11503 >. Acesso em: 08 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2008n30p197 .
5 - FUTEBOL FEMININO E AS BARREIRAS DO SEXISMO NAS ESCOLAS: reflexões acerca da invisibilidade	<i>Cássia Cristina Furlan, Patrícia Lessa dos Santos</i>	Ano XX, Nº 30, Junho/2008	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n30p28/11509 >. Acesso em: 08 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2008n30p28 .
DEFICIÊNCIA (P.COM) 6 - Formação inicial e continuada de docentes de Educação Física atuantes na modalidade	Robson Frank, JefersonStocco Douglas Roberto Borella, JalusaAndréiaStorck, Angela Schone	Ano XXV, Nº 40, Jun./2013	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p80/25027 >. Acesso em: 11 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2013v25n40p80 .
ETNIA/ RAÇA 7 -Em busca das pistas sobre a história da cultura lúdica das crianças negras em Santa Catarina	<i>Jailson Lucio de Maria, Mauricio Roberto da Silva</i>	Ano XVI Nº 23, Dez. /2004	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2050/3907 >. Acesso em: 11 Jan.2015.doi: http://dx.doi.org/10.5007/2050 .

POR TÍTULO			
INCLUSÃO 9 - Trabalho e lazer na infância e adolescência no século XXI: direito social ou inclusão excludente	<i>Graziany Penna Dias, Marcelo Silva dos Santos</i>	Ano XXIII, Nº 36, Jun./2011	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/21758042.2011v23n36p291/19655 >. Acesso em: 15 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2011v23n36p291 .
10 - O lúdico como possibilidade de inclusão no ensino fundamental	<i>Edson Roberto de Souza</i>	Ano VIII, Nº 9 Dezembro/1996	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/5856/20479 >. Acesso em: 15 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/5856 .
11 - POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: entre a inclusão social e a busca ...	<i>Luis Carlos De Jesus Gaspar, Santiago Pich, Alexandre Fernandez Vaz</i>	Ano XVI Nº 23, Dez. /2004	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2027/3903 >. Acesso em: 15 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2027 .
GÊNERO 12- Jogos, brinquedos e brincadeiras: Investigando relações de gênero na experiência de crianças do Colégio Pedro II	<i>Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior</i>	Ano VIII, Nº 9 Dezembro/1996	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/5839 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/5839 .
14 - POR QUE INVESTIGAR AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E LAZER ?	<i>Deborah Thomé Sayão</i>	Ano XIII, Nº 19 Dezembro/2002	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/959/737 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/959
15 - POR QUE INVESTIGAR GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER?	<i>Maria do Carmo Saraiva</i>	Ano XIII, Nº 19 Dezembro/2002	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/958/4331 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/958 .
17 - EDUCAÇÃO, LAZER E RELAÇÕES DE GÊNERO: talhes e doxas	<i>Augusto Cesar Rios Leiro</i>	Ano XIII, Nº 19 Dezembro/2002	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/956 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/956 .
18 - CORPO E GÊNERO: a Revista Capricho e a produção de corpos femininos	<i>Silvana Vilodre Goellnerl, Márcia Luíza Machado Figueira</i>	Ano XIII, Nº 19 Dezembro/2002	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/950/4327 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/950 .
19 - POR UM GÊNERO HUMANO PARA ALÉM DO SEXISMO	<i>Maurício Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires</i>	Ano XIII, Nº 19 Dezembro/2002	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/949/4326 >. Acesso em: 25 Jan. 2015.

		2	doi: http://dx.doi.org/10.5007/949 .
20 - Marcas de gênero na Educação Física escolar: a separação de meninos e meninas em foco	<i>Priscila Gomes Dornelles</i>	Ano XXIII, Nº 37, Dez./2011	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2011v23n37p12 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2011v23n37p12 .
21 - Pedagogia do corpo e construção do gênero na prática de musculação em academias	<i>Patricia Lessa, Cassia Cristina Furlan, Julia Bellini Capelari</i>	Ano XXIII, Nº 37, Dez./2011	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2011v23n37p41 >. Acesso em: 25 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2011v23n37p41 .
MENINAS E MENINOS			
22 - A participação de meninos e meninas nos projetos sociais da fundação municipal de esportes de Florianópolis	<i>Julia Mara PegoraroSilvestrin, Maria do Carmo OliveiraSaraiva</i>	Ano XXIV, Nº 38, Jun./2012	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/21758042.2012v24n38p75/22964 >. Acesso em: 26 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p75
DIFERENÇAS			
23 - O brincar de ontem e o brincar de hoje: Suas diferenças e implicações para as aulas de Educação Física	<i>Miriam O. Goes</i>	Ano VIII, Nº 9 Dezembro/1996	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/5850/20473 >. Acesso em: 26 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/5850 .
DEFICIÊNCIA			
24 - Uma reflexão sobre a pessoa portadora de deficiência visual e a dança	<i>Valéria Maria Chaves de Figueiredo, Maria da Consolação Cunha Tavares, Silvana Venâncio</i>	Ano XI, Nº 12 Maio/1999	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/14477/13253 >. Acesso em: 26 Jan. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/14477 .
RAÇA/ETNIA			
25 - A Dialética da teoria racialista como saber para Problematizar em Pesquisas sobre questões raciais no Campo da educação Física escolar	<i>Marcelo Siqueira de Jesus I</i>	AnoXX, Nº 30, Jun./2008	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2008n30p169 >. Acesso em: 14 nov. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2008n30p169 .
EXCLUSÃO			
26 - Educação física escolar: reflexões sobre as aulas de exclusão	<i>Fabiano Augusto Teixeira I</i>	AnoXXI, Nº 32/33, Jun-Dez./2009	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p335 >. Acesso em: 14 nov. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2009n32-33p335 .
27 -Educação social e infância: atuação e formação profissional no projeto “brincadeiras com meninos e meninas de/e na rua”	<i>Carolina RossatoVolpini Paula Marçal Natali Verônica Regina Müller</i>	Ano XXV. Nº 46, Dez /2015	< https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/21758042.2015v27n46p203/30786 >. Acesso em: 14 dez. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.5007/21758042.2015v27n46p2

ANEXO 1 - FICHA DE DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA NA PESQUISA

1. Ano, volume e página de Publicação:

2. Título do Trabalho:

4. Autor(es):

5. Instituição de Origem:

6. Localização dos termos da pesquisa:

* Título

() Diferença () diversidade () desigualdade () gênero () meninas () meninos () deficiências () etnia/raça () inclusão () integração () igualdade () equidade () bullying

* Termos indexados/Palavras-chave

() Diferença () diversidade () desigualdade () gênero () meninas () meninos () deficiências () etnia/raça () inclusão () integração () igualdade () equidade () bullying

9. Referencial Teórico

9.1. Autores que fundamentam a discussão sobre tema da pesquisa:

9.2. Autores que fundamentam a discussão e/ou concepção sobre diferença (ou qualquer dos outros descritores da pesquisa):

10. Apresenta Objetivo Geral? () Sim () Não

10.1. Qual?

11. Apresenta Objetivos Específicos? () Sim () Não

11.1. Quais?

12. Tipo de Pesquisa:

() estudos do tipo etnográficos

() estudo de caso

() pesquisa ação

() pesquisa documental

() survey

() pesquisa participante

() pesquisa experimental

() história oral

() pesquisa histórica

() outro. Qual? _____

13. Metodologia:

13.1. Técnica de coleta de dados:

13.2. Local/Fonte da coleta de dados:

13.3. Amostragem:

13.4. Passou pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP)? () sim () não

14. Análise dos Dados:

15. Principais Conclusões:

16. Concepções

16.1. Conforme descritor identificado:

ANEXO 2 – TERMO DE CORREÇÃO ASSINADO PELO ORIENTADOR (A)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**DIFERENÇA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE DO PERIÓDICO
CIENTÍFICO REVISTA MOTRIVIVÊNCIA DE 1988 A 2015.**

Trabalho apresentado para obtenção do título de Licenciado (a) em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dr. Sissilia Vilarinho Neto.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, 29 de fevereiro de 2016


Prof/a. (orientador/a)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Rosana Souza de Jesus
E-mail:	rosanasouza.j@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Título:	Diferença e Educação Física Escolar: análise do periódico científico Revista Motrivivência de 1988 a 2015.
Palavras-chave:	Diferenças; Educação Física Escolar, Revista Motrivivência
Título em outra língua:	Difference and School Physical Education: analysis of scientific Periodical Motrivivência magazine 1988-2015.
Palavras-chave em outra língua:	Differences; School Physical Education; Motrivivência Magazine
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	17/02/2016
Graduação/Curso Especialização:	Licenciatura em Educação Física
Orientador (a)*:	Sissilia Vilarinho Neto

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG CPF: 935631671- 68

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RI-UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (x) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(x) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data: 23 de Janeiro de 2016

Rosana Souza de Jesus

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais